





Fecomércio - 08/06/2020

Índice

Blog do Robson Freitas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Em novo decreto, Governo prorroga e endurece medidas de isolamento até dia 16 9
Notícias - 05/06/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ /

IMPROVÁVEL: Retomada do comércio potiguar no próximo dia 17 dependerá de percentual inferior a 70% nos leitos de UTI 14
Notícias - 05/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Confira todos os decretos do governo no enfrentamento ao coronavírus 18
Notícias - 05/06/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN /

Governo prorroga e endurece medidas de isolamento até 16 de junho 24
Notícia - 05/06/2020

Blog do Carlos Costa | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE /

Comércio varejista do Rio Grande do Norte deixou de faturar R\$ 160 milhões por causa da pandemia 29
Notícias - 05/06/2020

Versátil News | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE /

Comércio varejista do Rio Grande do Norte deixou de faturar R\$ 160 milhões por causa da pandemia 32
Notícias - 06/06/2020

Tribuna do Norte - Blogs | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Dia dos Namorados menor em tempos de Coronavírus 35
Notícias - 05/06/2020

Blog Jair Sampaio | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Turismo tem prejuízo de R\$ 62 bilhões e segundo avaliação do setor, imagem do Brasil pode dificultar a retomada

36

Noticias - 07/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Empresas preveem mais demissões

38

Noticias - 07/06/2020

Hilneth Correia | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

COMÉRCIO VAREJISTA DO RIO GRANDE DO NORTE DEIXOU DE FATURAR R\$ 160 MILHÕES POR CAUSA DA PANDEMIA

40

Noticias - 05/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Confiança do empresário do comércio recua no país, aponta CNC

42

Noticias - 07/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Com isolamento, varejo deixou de faturar R\$ 160 milhões no Estado

45

Noticias - 06/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio /

Com isolamento, varejo deixou de faturar R\$ 160 milhões no Estado

47

Noticias - 06/06/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - CULTURA /

PRA FICAR EM CASA: Confira as lives do fim de semana

49

Noticias - 05/06/2020

Blog do BG | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Elite política e jurídica do país rejeita cortar salário na pandemia do coronavírus

51

Notícias - 05/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Vereadores em Natal aprovam projeto sobre repasses à Previdência Municipal em período de pandemia 53

Notícias - 05/06/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar tem forte queda e é negociado abaixo de R\$ 5 pela 1ª vez desde março 55

Notícias - 05/06/2020

Portal Mercado Aberto | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

De forma online, Praia Shopping participa do Dia Livre de Imposto 56

Notícia - 04/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Dólar perde patamar de R\$ 5 pela 1ª vez em mais de dois meses 58

Notícias - 05/06/2020

Mossoró Hoje | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Covid-19: Com adoção de Lockdown Itaú zera número de casos da doença 60

Notícias - 05/06/2020

Diário Potiguar | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Pandemia: RN ainda não tem lei para desconto obrigatório em mensalidades de escolas privadas 62

Notícias - 05/06/2020

Nominuto.com | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Petrobras está vendendo a Termoelétrica Potiguar entre outros investimentos de geração de energia 64

Notícias - 05/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Vereadores aprovam projeto sobre repasses à Previdência em período de pandemia 66

Notícias - 04/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Vereadores aprovam projeto sobre repasses à Previdência em período de pandemia Notícias - 04/06/2020	68
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% em maio Notícias - 05/06/2020	70
Blog do FM Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Vereadores de Natal aprovam suspensão de repasses à Previdência durante pandemia Notícias - 05/06/2020	72
Blog do BG Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Arrecadação de tributos no RN encolhe 18,3% em maio Notícias - 05/06/2020	74
Tribuna do Norte Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Karla Motta, professora do IFRN: "Boa comunicação é fundamental" Notícias - 07/06/2020	76
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / FGV mede impacto financeiro da covid no mercado Notícias - 07/06/2020	80
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Acordos x estratégias Notícias - 07/06/2020	82
FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Arrecadação encolhe 18,3% e RN perde R\$ 77 milhões Notícias - 06/06/2020	84
Nominuto.com Rio Grande do Norte FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA / Indústria deve deixar de vender mais de 1,3 milhão de veículos neste ano Notícias - 06/06/2020	86
Blog do Robson Freitas Rio Grande do Norte	

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

EM CRISE, GOVERNO FÁTIMA BEZERRA RECOLHEU R\$ 77 MILHÕES A MENOS QUE NO MESMO MÊS DO ANO PASSADO

88

Noticias - 06/06/2020

Blog do FM | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Efeito isolamento: Arrecadação encolhe 18,3% e RN perde R\$ 77 milhões

90

Noticias - 06/06/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Em crise, Governo Fátima recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado

92

Notícias - 06/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Vendas de carros em 'maio'

93

Noticias - 07/06/2020

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

A análise econômica do direito

95

Noticias - 07/06/2020

Blog do PC | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

RN arrecada 18,3% a menos no mês de maio em comparação a 2019

98

Noticias - 06/06/2020

Portal N10 | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% no mês de maio

100

Notícias - 06/06/2020

Marcos Dantas | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% em maio

102

Notícias - 06/06/2020

Tribuna do Norte | Rio Grande do Norte

FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA /

Pandemia deverá ampliar inadimplência no RN, diz pesquisa

Noticias - 07/06/2020

Em novo decreto, Governo prorroga e endurece medidas de isolamento até dia 16



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Freitas

O Governo do Rio Grande do Norte publicou, nesta quinta-feira (04), em edição extraordinária do Diário Oficial do RN, o novo decreto que impõe a política de isolamento social rígido para enfrentamento do novo coronavírus. As novas medidas buscam intensificar o isolamento social, salvar vidas e evitar o colapso do sistema de saúde estadual.

Entre as novas medidas estão: fechamento de orlas; notificação compulsória de testes e diagnósticos sobre COVID-19; medidas especiais para circulação de idosos e pessoas do grupo de risco, a proibição de festejos

juninos, apoio das forças de segurança pública no cumprimento das medidas e o estabelecimento de uma data para retomada gradual das atividades econômicas.

Segundo a governadora Fátima Bezerra, todas as medidas estabelecidas no Decreto Nº 29.742 foram pensadas para salvar a vida da população potiguar e aumentar o isolamento social, medida atualmente mais eficaz para conter o contágio pelo vírus. 'Seguimos as orientações do comitê científico local, de modo que este decreto tem o endurecimento no rigor da fiscalização. Todas as nossas forças de segurança estarão nas ruas, em parceria com os municípios, porque agora vamos ser muito mais rígidos para fazer valer o isolamento social', ressaltou.

Uma novidade no decreto é a determinação de uma data para o retorno da atividade econômica que, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%, deve ser retomada a partir do dia 17 de junho de 2020. 'O Ministério Público Federal (MPF) elogiou o fato de apresentarmos um calendário de retomada gradual. Isso traz uma luz no fim do túnel, traz esperança quanto ao restabelecimento da economia', enfatizou a Governadora.

Outro ponto importante estabelecido pelo decreto é a intensificação do isolamento social para as pessoas idosas e do grupo de risco, que só devem sair de casa para realizar alguma atividade considerada essencial como para atendimento de saúde, ir ao banco, farmácia ou supermercado, utilizando obrigatoriamente a

máscara de proteção.

'Considerando o dever de proteção especial dos grupos de risco, temos que manter idosos em casa e as pessoas de maneira em geral, e devemos manter em funcionamento somente o serviço essencial e as atividades que são feitas individualmente', declarou o vice-governador Antenor Roberto.

O decreto também determinou o uso das forças de segurança pública que passam a auxiliar os municípios na implementação das medidas de isolamento social mais restritivas como vedação da circulação de pessoas, abordagem e controle de circulação de veículos particulares e fechamento das orlas urbanas. 'Todas as nossas forças de segurança, a PM, a Civil, o Corpo de Bombeiros, o Itep, e as polícias administrativas também, a vigilância sanitária, o Procon, todos nós estaremos nas ruas, incluindo eu irei pessoalmente fiscalizar. Vamos partir agora para o acesso às praias, para a orla, especialmente nas praias de urbanas', pontua o secretário de Segurança Pública Cel. Araújo.

Confira as medidas que entram em vigor com o novo Decreto:

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE TESTES E DIAGNÓSTICOS DE COVID-19

Os laboratórios de análises clínicas, hospitais, clínicas ou qualquer outra unidade de saúde, integrantes ou não do Sistema Único de Saúde (SUS/RN), públicos e privados, que realizam testes de diagnóstico para a COVID-19, são obrigados a fornecerem a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) o os dados completos dos pacientes, com resultado

positivo ou negativo.

Os dados devem ser enviados a Sesap por meio de sistema eletrônico e as notificações dos casos para investigação de COVID-19 devem ser realizadas em até 24 h.

AULAS PRESENCIAIS E ATIVIDADES COLETIVAS PERMANECEM SUSPENSAS

A suspensão das atividades escolares está mantida até o dia 06 de julho e as atividades coletivas de qualquer natureza, públicas ou privadas, incluindo eventos que acarretem aglomeração como shows, atividades desportivas, feiras, exposições, carreatas, passeatas e congêneres, continuam suspensas.

Com relação ao comércio, permanecem funcionando as atividades econômicas consideradas essenciais e seguindo todas as medidas sanitárias vigentes como o uso de máscara de proteção, distanciamento social e disponibilização de álcool 70%.

INTENSIFICAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL

População idosa e grupo de risco

As medidas estabelecidas pelo novo decreto visam proteger a vida da população idosa e das pessoas classificadas como grupo de risco e para isso o documento determina que a circulação dessas pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, só será permitida com o uso de máscara de proteção e com as seguintes finalidades:

- Aquisição de bens e serviços em farmácias,

supermercados e outros estabelecimentos que forneçam itens essenciais à subsistência;

- Por motivos de saúde, designadamente para obter assistência em hospitais, clínicas, postos de saúde e outros estabelecimentos do mesmo gênero;

- Para agências bancárias e similares;

- Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

População em geral

O decreto determina que a circulação de pessoas em espaços e vias públicas ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, só deve ser feita em casos de extrema necessidade e com o uso obrigatório de máscara de proteção. Classificam-se como extrema necessidade as seguintes situações:

Deslocamento a unidades de saúde para atendimento médico;

Para assistência veterinária;

Atividades ou estabelecimentos liberados e para a prática de esportes e atividades físicas individuais;

Entrega de bens essenciais a pessoas do grupo de risco;

Compra de materiais imprescindíveis ao exercício profissional;

Deslocamento a quaisquer órgãos públicos,

inclusive delegacias e unidades judiciárias, no caso de necessidade de atendimento presencial ou no de cumprimento de intimação administrativa ou judicial;

Deslocamento a estabelecimentos que prestam serviços essenciais ou cujo funcionamento esteja autorizado nos termos da legislação;

Para serviços de entregas;

Serviços domésticos em residências;

O deslocamento para o exercício de missão institucional, de interesse público, buscando atender a determinação de autoridade pública;

A circulação de pessoas para prestar assistência ou cuidados a doentes, idosos, crianças ou a portadores de deficiência ou necessidades especiais;

Deslocamento de pessoas que trabalham em restaurantes, congêneres ou demais estabelecimentos que, na forma da legislação, permaneçam em funcionamento exclusivamente para serviços de entrega;

Trânsito para a prestação de serviços assistenciais à população socialmente mais vulnerável;

Deslocamentos em razão da atividade advocatícia, quando necessária a presença do advogado para a prática de ato ou o cumprimento de diligências necessárias à preservação da vida ou dos interesses de seus clientes;

Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade

impreterível, desde que devidamente justificados.

APOIO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Decreto também determina que o Governo do RN disponibilize aos municípios as forças de segurança para dar o apoio complementar necessário à implementação das medidas de isolamento social mais restritivas: vedação de circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade; abordagem e controle de circulação de veículos particulares; controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município e fechamento das orlas urbanas.

SUSPENSÃO DOS FESTEJOS JUNINOS

Está proibida a realização de quaisquer atos que configurem festejos juninos no Estado do Rio Grande do Norte, incluindo o acendimento de fogueiras e fogos de artifício, de modo a diminuir as ocorrências de queimaduras e de síndromes respiratórias nos serviços de saúde públicos e privados.

RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Com base no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado do Rio Grande do Norte, apresentado ao Governo do Estado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (FECOMERCIO), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio

Grande do Norte (FAERN) e pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (FETRONOR), o novo decreto prevê a retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte a partir do dia 17 de junho de 2020.

O decreto determina que só será possível a implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%.

A retomada das atividades econômicas será feita seguindo os protocolos sanitários de saúde e será dividida em quatro fases subsequentes de 14 dias cada uma delas. Para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a ser progressivamente liberado em frações de tempo distintos.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

A pessoa física ou jurídica que descumprir as medidas de enfrentamento à pandemia provocada pela COVID-19, salvo os casos considerados essenciais, estará sujeita a multas que são classificadas em leves, moderadas, graves e gravíssimas. Os valores das multas variam entre R\$ 50,00 e R\$ 4.999,99 para pessoa física, e entre R\$ 1.000,00 a 24.999,99 para pessoa jurídica.

A publicação de uma Portaria conjunta da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social

(SESED) discriminará o rol de infrações consideradas leves e moderadas.

ATESTADOS DE VISTORIA E LICENÇAS PRORROGADAS ATÉ 24 DE JUNHO

O novo ato governamental determina que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 16 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 24 de junho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de junho de 2020.

Fonte:ASSECOM/RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

IMPROVÁVEL: Retomada do comércio potiguar no próximo dia 17 dependerá de percentual inferior a 70% nos leitos de UTI



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Para que a retomada da economia aconteça a partir do próximo dia 17, como o Governo do RN prevê em novo decreto, há uma circunstância básica: 'É condição essencial para a

implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte que exista desaceleração da taxa de transmissibilidade da Covid-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%'. Sem isso, os comércios e indústrias terão de continuar submetidos às condições atuais.

O cronograma de reabertura das atividades será dividido em quatro fases subsequentes, cada uma com 14 dias. Caso a reabertura comece mesmo dia 17 de junho, a liberação total levará 56 dias. Ou seja, a retomada total da economia só será concluída dia 11 de agosto, caso o RN consiga as metas estabelecidas. O decreto detalha que 'para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a serem progressivamente liberadas em frações de tempo distintas'.

Se o índice de 70% for alcançado e o processo de reabertura for deflagrado, o decreto prevê uma série de medidas para a liberação. Primeiro serão retomadas 'as atividades que tenham maior capacidade de controle de protocolos, que gerem pouca aglomeração e que se encontram economicamente em situação mais crítica.'

Já a 'liberação do funcionamento de lojas, estabelecimentos comerciais e espaços de prestação de serviços está condicionada ao cumprimento de protocolos específicos de segurança sanitária'. Ficará a cargo dos responsáveis pelos estabelecimentos que serão reabertos a orientação e cobrança quanto ao cumprimento dos protocolos específicos de segurança sanitária. O decreto determina o

fechamento das orlas urbanas e proíbe festejos juninos e acendimento de fogueiras.

'As atividades liberadas serão gerenciadas por um comitê de monitoramento específico a ser designado pela Governadora do Estado'. O decreto, entretanto, não traz quando esse comitê será montado ou quem serão seus integrantes. Além disso, o novo texto também prevê, em seu Artigo 28, que 'o cronograma de abertura gradual das atividades econômicas será instituído por ato conjunto do Secretário-Chefe do Gabinete Civil da Governadora do Estado, do Secretário de Estado da Saúde Pública e do Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico.'

A possibilidade de reabertura das atividades econômicas seguiu as considerações feitas pelo Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado do Rio Grande do Norte, apresentado ao Governo do Estado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (Fiern), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (Fecomercio RN), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (Faern) e pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (Fetronor).

De acordo com o secretário de Tributação, Carlos Eduardo Xavier, o objetivo do novo decreto é fazer com que o índice de isolamento social atinja patamares pressupostos pelo Governo do Estado como 'ideais', que seria entre 60 e 70% de distanciamento.

'Mediante esse quadro que estamos acompanhando diariamente, do crescimento do número de infectados, de óbitos e pacientes

internados em leitos de tratamento intensivo, o Governo do Estado, ouvindo Comitê científico e Secretaria de Saúde, decidiu publicar o decreto que traz uma necessidade de fazermos com que cresça a taxa de isolamento social. Nossa grande dificuldade no momento é fazer com que o índice venha para os patamares que iniciamos a pandemia', comentou.

Sem prejuízo

Independente dessas novas medidas estabelecidas no mais recente decreto, permanecem sendo necessárias as regras já determinadas para comércio e indústrias durante a pandemia. Os estabelecimentos continuam obrigados a seguir uma série de diretrizes sanitárias para poderem funcionar. Entre elas, a manutenção do distanciamento interno de pelo menos 1,5 metro; a proibição de entrada nos comércios para pessoas de grupo de risco e infectados; e a proibição de acesso também para pessoas sem máscaras.

Além disso, os comerciantes que estão podendo funcionar têm de planejar horários de abertura e fechamento para evitar aglomerações, seja de clientes ou de colaboradores. E - sempre que possível - estabelecer esquema de teletrabalho; implantar medidas de prevenção e realizar campanha de comunicação social junto a fornecedores, clientes e colaboradores sobre a importância de combater a Covid-19.

Fecomércio RN defendia a retomada imediata

O presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**, avaliou que já agora haveria espaço para dar início ao Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica. 'Até porque se trata

de um conjunto de ações transversais e regras de convívio que permitiria fazermos isso com toda a segurança e responsabilidade que o momento exige', afirmou, por meio de nota.

Independente disso, a Federação disse respeitar a decisão da governadora Fátima Bezerra de prever a retomada para 17 de junho, caso as condições estabelecidas sejam alcançadas. 'Até porque é o Governo do Estado que dispõe da visão macro do que está acontecendo, de todos os números e, inclusive, conhece a fundo o seu próprio planejamento de enfrentamento da doença', disse Queiroz, por meio de nota.

E acrescentou: 'É (o governo) quem sabe com certeza, por exemplo, quantos novos leitos será possível abrir nos próximos dias ou quantos testes poderão ser aplicados para, com estratégia, ajudar a manter sob controle o avanço da doença'. Agora, diante da opção do governo, ele disse que a expectativa é alcançar os objetivos colocados pelo decreto. 'O que esperamos é exatamente uma assertividade nessas ações e nesse planejamento para que possamos, até o dia 16 de junho, alcançar de fato os números que embasem a aplicação efetiva do Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica'.

A Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), por meio do vice-presidente Matheus Feitosa, disse que aceita 'esses termos, porque não temos outra saída, porque se não aceitarmos eles quem vão ditar uma data de reabertura, e com essa data do dia 17, acreditamos que é o mais viável e o possível'.

Feitosa ressaltou que não entende 'porque prorrogar ainda mais. O problema não é o

comércio, é a população, que sai pra rua sem necessidade, que vem para o Alecrim só passear, conversar com um amigo, sai de casa sem necessidade. O trabalho que vamos buscar fazer é trabalhar em conjunto para baixar o número de pessoas nos hospitais, aumentar o uso de máscaras e EPIs e buscar, junto aos nossos clientes, provocá-los para sair o mínimo de casa'.

O presidente da Associação Viva o Centro, que reúne empresários da Cidade Alta, Delcindo Mascena, disse que, sobre o decreto, 'não apoia a ideia, mas temos que aceitar' e disse ainda que a medida é vista 'como uma falta de os governantes fazerem o dever de casa, de preparar a saúde para receber as pessoas que vão adoecer e começam a jogar decreto sobre o outro. Quem está pagando essa conta somos nós comerciantes que não conseguimos abrir nossas lojas. O Centro está há 80 dias fechado e vai continuar fechado porque os governantes não estão fazendo a parte deles', disse.

Sobre a intensificação das fiscalizações, Delcindo também comentou. 'Eu vejo que isso era para ter acontecido desde o dia 20 de março. Se tivesse usado esse sistema no dia 20, não estávamos assim. Pediram para parar, paramos. O Alecrim, zona Norte, Parnamirim, Ceará-Mirim e Macaíba não fecharam nada, continuaram a aglomeração. Na hora que a gente deveria estar reabrindo, não podemos abrir, porque houve negligência na fiscalização por parte do Governo', ressaltou o empresário.

Fechamento de lojas causa tumulto no Alecrim

As medidas efetuadas para cumprimento do isolamento social em Natal causaram tumulto no bairro do Alecrim nesta quinta-feira, 4. Entre

o fim da manhã e início da tarde, policiais militares ordenaram o fechamento de estabelecimentos que prestam serviços não essenciais, mas encontraram resistência. Houve correria, mas não foram realizadas prisões.

De acordo com o presidente da Associação dos Empresários do Bairro do Alecrim (AEBA), Pedro Campos, a ação policial enfrentou resistência por parte de alguns comerciantes que não tinham autorização para manter os estabelecimentos funcionando durante a vigência do atual decreto. Por isso, além da recomendação de que esses comerciantes fechassem as portas, a AEBA também sugeriu que os demais suspendessem as atividades temporariamente.

'Numa situação como essa de hoje (ontem), a orientação que estamos dando é que as pessoas fechem tudo. Mesmo as que têm permissão para abrir, que são de serviços essenciais, é bom que fechem para reabrir quando acabar o tumulto. Há muitas atividades que não são permitidas que estão funcionando, mas estamos orientando o fechamento. Os que têm atividades essenciais e cumprem as normas sanitárias, elas poderão funcionar, mas é preciso que não haja o clima de confronto', disse Pedro Campos.

O porta-voz da PM, Eduardo Franco, disse que a ação foi de conscientização pela necessidade do isolamento social.

Mudança na lista de atividades essenciais

Outra mudança que o novo decreto trouxe foi uma pequena alteração na lista de atividades essenciais que estavam autorizadas a

funcionar. Pelo novo texto, lojas de aviamentos e armarinho, bem como serviços de higiene pessoal, incluindo barbearias, cabeleireiros e manicures estão fora da lista de atividades que poderiam funcionar. Elas haviam sido incluídas no decreto do dia 22 de abril, que ampliou a quantidade de atividades autorizadas. No primeiro decreto eram apenas 15. Até ontem era 46. Outra alteração incluída é que está proibida a entrada de pessoas acompanhadas nos estabelecimentos comerciais autorizados a funcionar. Antes essa proibição se referia apenas a familiares. Agora, independe disso.

Com informações da Tribuna do Norte

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ

Confira todos os decretos do governo no enfrentamento ao coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Estado emitiu, entre os dias 13 de março e 04 de junho, vinte e um decretos normativos para o combate ao novo coronavírus (Covid-19), além das medidas voltadas ao remanejamento de orçamento para investimento no enfrentamento à pandemia.

As medidas são focadas na prevenção e mitigação do contágio do novo coronavírus, visando proteger a saúde do povo potiguar. Os decretos vão desde a instituição do Comitê Governamental de Gestão da Emergência em Saúde Pública, criação de força tarefa administrativa, criação de Central de Recebimento e Distribuição de Doações e os Programas RN+Unido e RN+Protegido até as

regras para fechamento de locais públicos e privados para diminuir a circulação de pessoas pelo estado.

Confira a lista de decretos:

Nº 29.742, DE 04 DE JUNHO

Art. 2º Ficam prorrogadas até 16 de junho as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ressalvado o prazo de suspensão das atividades escolares presenciais, que permanece até 6 de julho.

- Entre as novas medidas estão: fechamento de orlas; notificação compulsória de testes e diagnósticos sobre COVID-19; medidas especiais para circulação de idosos e pessoas do grupo de risco, a proibição de festejos juninos, apoio das forças de segurança pública no cumprimento das medidas e o estabelecimento de uma data para retomada gradual das atividades econômicas;

- Outro ponto importante estabelecido pelo decreto é a intensificação do isolamento social para as pessoas idosas e do grupo de risco, que só devem sair de casa para realizar alguma atividade considerada essencial como para atendimento de saúde, ir ao banco, farmácia ou supermercado, utilizando obrigatoriamente a máscara de proteção;

APOIO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Decreto também determina que o Governo do RN disponibilize aos municípios as forças de segurança para dar o apoio complementar necessário à implementação das medidas de isolamento social mais restritivas: vedação de circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade; abordagem e controle de circulação de veículos particulares; controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município e fechamento das orlas urbanas.

SUSPENSÃO DOS FESTEJOS JUNINOS

Está proibida a realização de quaisquer atos que configurem festejos juninos no Estado do Rio Grande do Norte, incluindo o acendimento de fogueiras e fogos de artifício, de modo a diminuir as ocorrências de queimaduras e de síndromes respiratórias nos serviços de saúde públicos e privados.

RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Com base no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado do Rio Grande do Norte, apresentado ao Governo do Estado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (FECOMERCIO), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN) e pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros do Nordeste (FETRONOR), o novo decreto prevê a retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte a partir do dia 17 de junho de 2020.

O decreto determina que só será possível a implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%.

A retomada das atividades econômicas será feita seguindo os protocolos sanitários de saúde e será dividida em quatro fases subsequentes de 14 dias cada uma delas. Para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a ser progressivamente liberado em frações de tempo distintos.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

A pessoa física ou jurídica que descumprir as medidas de enfrentamento à pandemia provocada pela COVID-19, salvo os casos considerados essenciais, estará sujeita a multas que são classificadas em leves, moderadas, graves e gravíssimas. Os valores das multas variam entre R\$ 50,00 e R\$ 4.999,99 para pessoa física, e entre R\$ 1.000,00 a 24.999,99 para pessoa jurídica.

A publicação de uma Portaria conjunta da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) discriminará o rol de infrações consideradas leves e moderadas.

ATESTADOS DE VISTORIA E LICENÇAS PRORROGADAS ATÉ 24 DE JUNHO

O novo ato governamental determina que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 16 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 24 de junho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de junho de 2020.

Nº 29.705, DE 19 DE MAIO

Ficam prorrogadas até 04 de junho de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- O novo decreto autoriza o funcionamento excepcional nas Centrais do Cidadão para atividades do Sistema Nacional de Empregos (SINE-RN) e do Instituto Técnico-Científico de Perícia (ITEP-RN). Os dois órgãos são essenciais à população que necessita dar entrada no benefício do seguro-desemprego e documentação para garantir o acesso ao Auxílio Emergencial do Governo Federal autorizado pelo Congresso Nacional;

- O novo Decreto, que entra em vigor no dia 24 de maio de 2020, renova as medidas do Decreto Estadual nº 29.583, de 1º de abril de 2020, traz outra alteração importante que é a recomendação aos municípios litorâneos para que determinem o fechamento das orlas urbanas nos finais de semana e prorrogação dos Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 4 de junho de 2020 até 24 de junho de 2020;

- Além dos AVCB, as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) que vencerem no período de 24 de março a 4 de junho de 2020, também ficam prorrogadas até 24 de junho de 2020;

- Outra recomendação prevista é que os estabelecimentos autorizados a funcionar podem destinar espaço em suas campanhas publicitárias para orientar a população acerca das medidas de proteção à saúde dos seus clientes e consumidores, especialmente sobre a utilização de máscara de proteção e o distanciamento social. E apresenta penalidades para divulgação de campanha publicitária, que estimule a aglomeração de pessoas, como promoções de produtos, a iniciativa será considerada descumprimento de medidas de saúde para os fins de aplicação de multa, responsabilização penal e civil.

Nº 29.668, DE 04 DE MAIO

Ficam prorrogadas até 20 de maio de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, ressalvado o prazo de suspensão das atividades escolares presenciais, que permanece até 31 de maio de 2020.

- Uso de máscara é obrigatório a partir do dia 07 de maio e as empresas devem exigir o uso por clientes, funcionários e colaboradores;

- O novo decreto também dispõe sobre a aplicação de multa para o descumprimento das normas e também para quem divulgar notícias falsas (fake news);

-A lista de atividades e serviços essenciais continua inalterada, e o novo documento determina que os estabelecimentos disponibilizem máscaras de proteção aos funcionários, sendo obrigatória sua utilização durante o serviço, incluindo as atividades de entrega em domicílio (delivery);

- O novo ato governamental altera o Decreto Estadual nº 29.556, de 24 de março de 2020, determinando que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 20 de maio de 2020 sejam prorrogados automaticamente até 24 de maio de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de maio de 2020.

Nº 29.634, DE 22 DE ABRIL

Ficam prorrogadas até 5 de maio de 2020 as medidas de saúde para o enfrentamento do novo coronavírus (COVID-19) adotadas no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte.

- Recomendada a utilização de máscara de proteção, industrial ou caseira, ao entrar em estabelecimentos cujo o funcionamento não esteja suspenso.

- A suspensão das atividades escolares foi estendida até o dia 31 de maio, no entanto, fica a Secretaria de Estado da Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer (SEEC) autorizada a dispor sobre a antecipação do recesso escolar, ouvido o Conselho Estadual de Educação. As atividades coletivas de qualquer natureza, públicas ou privadas,

incluindo eventos de massa, shows, atividades desportivas, feiras, exposições, carreatas, passeatas e congêneres, continuam vetadas;

- A lista de atividades essenciais foi ampliada e inclui os serviços de podologia; construção civil; produção, distribuição, comercialização e entrega, realizadas presencialmente ou por meio do comércio eletrônico, de produtos de saúde, higiene, alimentos, bebidas não alcoólicas, tecidos, aviamentos, armarinhos, materiais de construção ou reforma e de suprimentos agrícolas, incluindo mercados, supermercados, hipermercados, quitandas, açougues, peixarias, padarias, distribuidores, atividades de venda e locação de automóveis, o funcionamento de lojas de construção com ar-condicionado e lojas de conveniência;

- Os escritórios de advocacia privada também estão autorizados a funcionar, bem como atividades necessárias a viabilizar a entrega de cargas e o transporte em geral, incluindo oficinas, borracharias e lojas de autopeças; oficinas de máquinas e equipamentos agrícolas. Hotéis, flats, pousadas e acomodações similares; serviços de locação de máquinas, equipamentos e bens tangíveis; atividades de agências de emprego e trabalho temporário; serviços de reparo de computadores e bens pessoais domésticos e serviços de lavanderia; atividades financeiras, de seguros e de contabilidade; serviços de venda e locação de imóveis; e serviços de higiene pessoal, incluindo barbearias, cabeleireiros e manicures;

- O novo decreto esclarece que a suspensão de atividades não atinge as indústrias e recomenda, sempre que possível, um horário exclusivo para o atendimento de clientes do

grupo de risco da pandemia. Também recomenda a utilização de máscaras, sejam industriais ou caseiras, ao acesso dos estabelecimentos que estão em funcionamento;

- A vigência dos Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros e das licenças e autorizações do IDEMA, que vencerem até 05 de maio, fica prorrogada para o dia 24 de maio. O documento revoga as questões conflituosas envolvendo o horário de funcionamento dos supermercados.

Nº 29.630, DE 22 DE ABRIL

- O decreto de 'Estado de Calamidade Pública no Rio Grande do Norte' nas áreas dos municípios potiguares em razão da pandemia do novo coronavírus, causador da Covid-19, e pelo aumento exponencial de casos no estado;

- O Governo já havia decretado estado de calamidade, no dia 19 de março, que foi reconhecido pela Assembleia Legislativa do RN, por meio do Decreto nº 29.534, este novo decreto busca reconhecimento do Ministério do Desenvolvimento Regional, junto à União para atrair recursos federais para o Estado;

- O Gabinete Civil (GAC), por meio da Coordenação Estadual de Proteção e Defesa Civil, esclarece que as coordenações da Defesa Civil de cada município podem acessar a plataforma do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - (S2iD) - <https://s2id.mi.gov.br> - e preencher o Formulário de Informação de Desastre (Fide) para solicitar o Reconhecimento de Situação de Emergência do município. Para mais informações podem ligar para o telefone 3232-5155 ou por e-mail ;

- O Decreto Nº 29.630 que instaura do Estado de Calamidade Pública, com validade de 180 dias a contar da data de publicação, está na edição extraordinária no Diário Oficial do Estado desta quarta-feira, 22 de abril de 2020, e leva em consideração a grave crise de saúde pública causada pela pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), e que afeta todo o sistema de saúde pública, estruturado nacionalmente por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nº 29.613, DE 14 DE ABRIL

Institui o Programa Estadual Emergencial de Segurança Alimentar e de Itens de Higiene e Limpeza (RN Mais Unido), dispõe sobre a e Central Estadual de Controle de Recebimento e Distribuição das Doações de Produtos, Equipamentos e Bens destinados ao enfrentamento e amenização dos impactos da calamidade pública decorrente do novo coronavírus (CEC/Covid-19) e dá outras providências.

Nº 29.612, DE 14 DE ABRIL

-Dispõe sobre a Força-Tarefa Intersetorial Administrativa para o Enfrentamento ao Novo Coronavírus (FIA/COVID-19) no Rio Grande do Norte, e dá outras providências. A Força-Tarefa Intersetorial Administrativa para o Enfrentamento ao Novo Coronavírus (FIA/COVID-19), vinculada administrativamente ao Comitê Governamental de Gestão da Emergência em Saúde Pública decorrente do Coronavírus (COVID-19), possui a finalidade de monitorar, orientar e acompanhar os processos administrativos relativos à calamidade pública decorrente do novo coronavírus (COVID19).

Coordenadoria de Controle dos Atos Governamentais - CONTRAG/GAC Parágrafo único. Cabe ao Gabinete Civil da Governadora do Estado (GAC), com o auxílio da Secretaria de Estado da Administração (SEAD), disponibilizar o suporte administrativo, operacional, logístico e financeiro ao funcionamento da FIA/COVID-19.

Nº 29.600, DE 08 DE ABRIL

- A partir de sexta-feira (10) e até o próximo dia 23, o Governo determina que o transporte coletivo intermunicipal deve funcionar de segunda a sexta-feira, com as viagens iniciando-se às 5h e o horário de chegada máximo às 20h. Os veículos devem circular apenas com passageiros sentados. A exceção fica por conta do transporte entre Natal e as cidades de Parnamirim, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Extremoz e Ceará-Mirim, que poderá funcionar aos finais de semana, com a mesma restrição de horários e de lotação apenas nos assentos;

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN

Governo prorroga e endurece medidas de isolamento até 16 de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O Governo do Rio Grande do Norte publicou, nesta quinta-feira (04), em edição extraordinária do Diário Oficial do RN, o novo decreto que impõe a política de isolamento social rígido para enfrentamento do novo coronavírus. As novas medidas buscam intensificar o isolamento social, salvar vidas e evitar o colapso do sistema de saúde estadual.

Entre as novas medidas estão: fechamento de orlas; notificação compulsória de testes e diagnósticos sobre COVID-19; medidas especiais para circulação de idosos e pessoas do grupo de risco, a proibição de festejos juninos, apoio das forças de segurança pública no cumprimento das medidas e o

estabelecimento de uma data para retomada gradual das atividades econômicas.

Segundo a governadora Fátima Bezerra, todas as medidas estabelecidas no Decreto Nº 29.742 foram pensadas para salvar a vida da população potiguar e aumentar o isolamento social, medida atualmente mais eficaz para conter o contágio pelo vírus. "Seguimos as orientações do comitê científico local, de modo que este decreto tem o endurecimento no rigor da fiscalização. Todas as nossas forças de segurança estarão nas ruas, em parceria com os municípios, porque agora vamos ser muito mais rígidos para fazer valer o isolamento social", ressaltou.

Uma novidade no decreto é a determinação de uma data para o retorno da atividade econômica que, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%, deve ser retomada a partir do dia 17 de junho de 2020. "O Ministério Público Federal (MPF) elogiou o fato de apresentarmos um calendário de retomada gradual. Isso traz uma luz no fim do túnel, traz esperança quanto ao restabelecimento da economia", enfatizou a Governadora.

Outro ponto importante estabelecido pelo decreto é a intensificação do isolamento social para as pessoas idosas e do grupo de risco, que só devem sair de casa para realizar alguma atividade considerada essencial como para atendimento de saúde, ir ao banco, farmácia ou supermercado, utilizando obrigatoriamente a máscara de proteção.

"Considerando o dever de proteção especial dos grupos de risco, temos que manter idosos em casa e as pessoas de maneira em geral, e devemos manter em funcionamento somente o serviço essencial e as atividades que são feitas individualmente", declarou o vice-governador Antenor Roberto.

O decreto também determinou o uso das forças de segurança pública que passam a auxiliar os municípios na implementação das medidas de isolamento social mais restritivas como vedação da circulação de pessoas, abordagem e controle de circulação de veículos particulares e fechamento das orlas urbanas. "Todas as nossas forças de segurança, a PM, a Civil, o Corpo de Bombeiros, o Itep, e as polícias administrativas também, a vigilância sanitária, o Procon, todos nós estaremos nas ruas, incluindo eu irei pessoalmente fiscalizar. Vamos partir agora para o acesso às praias, para a orla, especialmente nas praias de urbanas", pontua o secretário de Segurança Pública Cel. Araújo.

Confira as medidas que entram em vigor com o novo Decreto:

NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA DE TESTES E DIAGNÓSTICOS DE COVID-19

Os laboratórios de análises clínicas, hospitais, clínicas ou qualquer outra unidade de saúde, integrantes ou não do Sistema Único de Saúde (SUS/RN), públicos e privados, que realizam testes de diagnóstico para a COVID-19, são obrigados a fornecerem a Secretaria Estadual de Saúde Pública (Sesap) o os dados completos dos pacientes, com resultado positivo ou negativo.

Os dados devem ser enviados a Sesap por meio de sistema eletrônico e as notificações dos casos para investigação de COVID-19 devem ser realizadas em até 24h.

AULAS PRESENCIAIS E ATIVIDADES COLETIVAS PERMANECEM SUSPENSAS

A suspensão das atividades escolares está mantida até o dia 06 de julho e as atividades coletivas de qualquer natureza, públicas ou privadas, incluindo eventos que acarretem aglomeração como shows, atividades desportivas, feiras, exposições, carreatas, passeatas e congêneres, continuam suspensas.

Com relação ao comércio, permanecem funcionando as atividades econômicas consideradas essenciais e seguindo todas as medidas sanitárias vigentes como o uso de máscara de proteção, distanciamento social e disponibilização de álcool 70%.

INTENSIFICAÇÃO DO ISOLAMENTO SOCIAL

População idosa e grupo de risco

As medidas estabelecidas pelo novo decreto visam proteger a vida da população idosa e das pessoas classificadas como grupo de risco e para isso o documento determina que a circulação dessas pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, só será permitida com o uso de máscara de proteção e com as seguintes finalidades:

- Aquisição de bens e serviços em farmácias, supermercados e outros estabelecimentos que forneçam itens essenciais à subsistência;

- Por motivos de saúde, designadamente para obter assistência em hospitais, clínicas, postos de saúde e outros estabelecimentos do mesmo gênero;

- Para agências bancárias e similares;

- Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

População em geral

O decreto determina que a circulação de pessoas em espaços e vias públicas ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, só deve ser feita em casos de extrema necessidade e com o uso obrigatório de máscara de proteção. Classificam-se como extrema necessidade as seguintes situações:

Deslocamento a unidades de saúde para atendimento médico;

Para assistência veterinária;

Atividades ou estabelecimentos liberados e para a prática de esportes e atividades físicas individuais;

Entrega de bens essenciais a pessoas do grupo de risco;

Compra de materiais imprescindíveis ao exercício profissional;

Deslocamento a quaisquer órgãos públicos, inclusive delegacias e unidades judiciárias, no caso de necessidade de atendimento

presencial ou no de cumprimento de intimação administrativa ou judicial;

Deslocamento a estabelecimentos que prestam serviços essenciais ou cujo funcionamento esteja autorizado nos termos da legislação;

Para serviços de entregas;

Serviços domésticos em residências;

O deslocamento para o exercício de missão institucional, de interesse público, buscando atender a determinação de autoridade pública;

A circulação de pessoas para prestar assistência ou cuidados a doentes, idosos, crianças ou a portadores de deficiência ou necessidades especiais;

Deslocamento de pessoas que trabalham em restaurantes, congêneres ou demais estabelecimentos que, na forma da legislação, permaneçam em funcionamento exclusivamente para serviços de entrega;

Trânsito para a prestação de serviços assistenciais à população socialmente mais vulnerável;

Deslocamentos em razão da atividade advocatícia, quando necessária a presença do advogado para a prática de ato ou o cumprimento de diligências necessárias à preservação da vida ou dos interesses de seus clientes;

Outras atividades de natureza análoga ou por outros motivos de força maior ou necessidade impreterível, desde que devidamente justificados.

APOIO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

O Decreto também determina que o Governo do RN disponibilize aos municípios as forças de segurança para dar o apoio complementar necessário à implementação das medidas de isolamento social mais restritivas: vedação de circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade; abordagem e controle de circulação de veículos particulares; controle da entrada e saída de pessoas e veículos no município e fechamento das orlas urbanas.

SUSPENSÃO DOS FESTEJOS JUNINOS

Está proibida a realização de quaisquer atos que configurem festejos juninos no Estado do Rio Grande do Norte, incluindo o acendimento de fogueiras e fogos de artifício, de modo a diminuir as ocorrências de queimaduras e de síndromes respiratórias nos serviços de saúde públicos e privados.

RETOMADA GRADUAL DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

Com base no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado do Rio Grande do Norte, apresentado ao Governo do Estado pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN), Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (FECOMERCIO), Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio Grande do Norte (FAERN) e pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros

do Nordeste (FETRONOR), o novo decreto prevê a retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte a partir do dia 17 de junho de 2020.

O decreto determina que só será possível a implementação inicial do plano de retomada gradual responsável das atividades econômicas no Rio Grande do Norte, se houver desaceleração da taxa de transmissibilidade da COVID-19 de maneira sustentada e a ocupação dos leitos públicos de UTI seja inferior a 70%.

A retomada das atividades econômicas será feita seguindo os protocolos sanitários de saúde e será dividida em quatro fases subsequentes de 14 dias cada uma delas. Para cada fase de abertura está previsto um bloco de atividades a ser progressivamente liberado em frações de tempo distintos.

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DAS MEDIDAS

A pessoa física ou jurídica que descumprir as medidas de enfrentamento à pandemia provocada pela COVID-19, salvo os casos considerados essenciais, estará sujeita a multas que são classificadas em leves, moderadas, graves e gravíssimas. Os valores das multas variam entre R\$ 50,00 e R\$ 4.999,99 para pessoa física, e entre R\$ 1.000,00 a 24.999,99 para pessoa jurídica.

A publicação de uma Portaria conjunta da Secretaria de Estado da Saúde Pública (SESAP) e da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social (SESED) discriminará o rol de infrações consideradas leves e moderadas.

**ATESTADOS DE VISTORIA E LICENÇAS
PRORROGADAS ATÉ 24 DE JUNHO**

O novo ato governamental determina que os Atestados de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) que vencerem no período de 24 de março a 16 de junho de 2020 ficam prorrogados automaticamente até 24 de junho de 2020, como medida de diminuição do fluxo de atendimento do órgão. Também prorroga as licenças e autorizações expedidas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) até 24 de junho de 2020.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN**

Comércio varejista do Rio Grande do Norte deixou de faturar R\$ 160 milhões por causa da pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O presidente da Fecomércio Rio Grande do Norte, **Marcelo Queiroz**, afirmou que, por causa do decreto do Governo do Estado, que permite a abertura somente dos estabelecimentos considerados essenciais, hoje 46 mil empresas do comércio varejista deixaram de faturar perto de R\$ 160 milhões. Dos 51 mil empregos com carteira assinada que geravam, 6 mil deixaram de existir. Isso equivale a mais de 65% do total de demissões no Estado ao longo da pandemia.

Segundo o dirigente, outros 83 mil empregos foram impactados pela MP nº 936/2020 (que permite a redução de salários e a suspensão de

contratos de trabalho durante a pandemia). Isto equivale a 16% do total de empregos formais (586 mil profissionais) gerados pelo setor privado no Rio Grande do Norte.

'Mas nós precisamos estar preparados para a retomada das atividades, assim que for possível. Precisamos nos sentir e ser produtivos. Na reabertura das lojas, vamos seguir com rigor as orientações das autoridades para garantir a saúde e o bem-estar de funcionários e clientes', declarou o presidente **Marcelo Queiroz** em live, no dia 3 de junho, no Instagram da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**).

Queiroz disse que a Fecomércio sempre se manteve à frente de iniciativas em defesa do setor. 'Desde o primeiro momento, criamos um canal permanente de diálogo, sempre produtivo, com o Governo do Estado e prefeituras. Nessas conversas, apresentamos uma série de pleitos, cujo atendimento imediato foi muito importante.'

?Ele citou como exemplo a postergação de pagamento de alguns impostos e obrigações fiscais. Conquistou-se ainda prioridade para as empresas locais nas aquisições de produtos e serviços pelos poderes públicos e a extensão do prazo de validade de certidões e licenças.

?No trabalho de orientação aos empresários, a entidade criou uma Central de Atendimento Virtual para apoio jurídico. O serviço é oferecido por e-mail, WhatsApp e telefone fixo. Mais de 250 empresas foram atendidas. Além disso, a Comissão Intersindical da Federação disponibilizou uma Central de

Negociação/Mediação Virtual para orientar e efetivar a adesão das empresas à MP nº 936/2020.

?Sesc

Marcelo Queiroz citou as muitas ações do Sesc, durante a pandemia, que têm trazido conforto e segurança à população. É o caso da Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher, pioneira no Brasil, que foi deslocada para o pátio da Maternidade Escola Januário Cicco. Ali, num trabalho importante de prevenção, a equipe do Sesc e profissionais da maternidade, que pertence à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fazem a triagem das grávidas que chegam ao hospital para checar se têm algum sintoma de covid-19. Evita-se assim que, em caso positivo, acessem o local. Cerca de 700 mulheres já foram atendidas.

?O programa **Mesa Brasil** distribuiu 420 mil quilos de alimentos a 65 instituições, beneficiando 92 mil pessoas carentes. Comunidades atendidas pela instituição e a classe artística receberam também 778 cestas básicas (mais de 4 mil quilos de alimentos), arrecadados por meio de uma Live Solidária, que em 10 dias já tinha mais de 34 mil visualizações.

?A Campanha **Mesa Brasil** Solidário, em parceria com uma emissora de TV, arrecadou mais de 1 tonelada de alimentos. As doações estão sendo distribuídas às instituições carentes cadastradas no programa. Já os alunos das Escolas Sesc no Estado receberam cerca de 3 mil quilos de alimentos.

?Também presidente do Conselho Regional do Sesc, Queiroz revelou que mais de 13 mil

refeições (quentinhas), a preço subsidiado, foram servidas, com serviço de delivery ou take away (o consumidor retira no local), pelo restaurante do Sesc Rio Branco, em Natal. Ao mesmo tempo, 300 refeições são distribuídas diariamente a entidades e comunidades carentes. Até o fim de maio, foram quase 9 mil refeições, equivalente a mais de duas toneladas e meia de comida.

?Para manter os estudantes em atividade, foram feitas adaptações nas Escolas Sesc. Os alunos passaram a ter acesso às atividades pedagógicas em sala de aula virtual, por meio do Google Classroom e outras ferramentas que proporcionam maior interação.

?O dirigente destacou ainda que o Sesc Ler São Paulo do Potengi, em parceria com costureiras, loja de tecidos e o Sindicato do município, produziram e doaram 610 máscaras.

?Senac

Marcelo Queiroz falou com orgulho da parceria que o Sistema Fecomércio-RN firmou com o Governo do Estado para que profissionais de saúde que comprovem conviver com pessoas dos grupos de risco ou que tenham alguém com covid-19 em suas residências fiquem hospedados no Hotel-Escola Senac **Barreira Roxa**. São 106 leitos oferecidos, com um investimento mensal da entidade da ordem de R\$ 350 mil, com outros R\$ 159 mil/mês custeados pelo Governo.

?O Senac está promovendo cursos on-line gratuitos para preparar funcionários de estabelecimentos para a adoção de todos os protocolos e medidas propostos no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no

Estado, no pós-pandemia. São cursos de curta duração, num total de 1.350 vagas, em 27 turmas, com foco em segmentos como creches, escolas, escritórios, lojas, estabelecimentos de beleza e estética, shoppings, meios de hospedagem e serviços de receptivo.

??Ainda nessa linha, foi lançado o Programa de Assistência Digital Empresarial, serviço gratuito de capacitação e ajuda para as pequenas e médias empresas, com foco em ensinar como vender seus produtos/serviços de forma on-line durante este período de isolamento social e suspensão do funcionamento das empresas de forma presencial. Dentro do programa, o Senac promove lives no seu canal do Youtube, com o intuito de incentivar o conhecimento e o acesso a conteúdo voltado para as plataformas digitais. O programa tem participação aberta a todos os interessados, incluindo pessoas de outros estados.

Adicionalmente às iniciativas de suporte aos empresários, foi lançada uma nova fase do **Programa Senac de Gratuidade** Empresa, o **PSG** Empresa. Há cerca de 500 vagas em 10 cidades, com cursos on-line de capacitação e qualificação dos empreendedores.

Turismo

Fecomércio, por meio do Senac, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo e outras entidades, também elaborou o Plano de Retomada do Setor Turístico Potiguar. O documento lista uma série de ações e propostas que busca posicionar o Rio Grande do Norte como um destino no qual o turista se sinta seguro no pós-Pandemia.

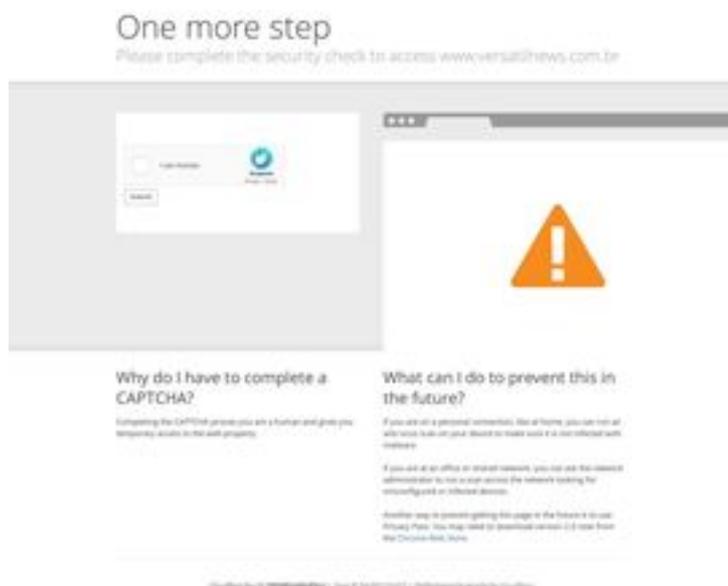
?O presidente da Federação revelou que está sendo feito um trabalho intenso nas empresas para prepará-las para a retomada das atividades. Na opinião de **Marcelo Queiroz**, no período pós-pandemia, o mundo não será mais o mesmo. Para ele, o momento é de aprendizado, de absorver informações para um novo mundo dos negócios.

?'Temos que estar cada vez mais atentos às novas tecnologias e preparados para utilizar ferramentas de venda on-line. Muitos consumidores que recorreram ao e-commerce durante a pandemia vão permanecer com essa forma de compras', alertou.

Fecomércio RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE

Comércio varejista do Rio Grande do Norte deixou de faturar R\$ 160 milhões por causa da pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Comunicação

Fecomércio RN

O presidente da Fecomércio Rio Grande do Norte, **Marcelo Queiroz**, afirmou que, por causa do decreto do Governo do Estado, que permite a abertura somente dos estabelecimentos considerados essenciais, hoje 46 mil empresas do comércio varejista deixaram de faturar perto de R\$ 160 milhões. Dos 51 mil empregos com carteira assinada que geravam, 6 mil deixaram de existir. Isso equivale a mais de 65% do total de demissões no Estado ao longo da pandemia.

Segundo o dirigente, outros 83 mil empregos

foram impactados pela MP nº 936/2020 (que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia). Isto equivale a 16% do total de empregos formais (586 mil profissionais) gerados pelo setor privado no Rio Grande do Norte.

'Mas nós precisamos estar preparados para a retomada das atividades, assim que for possível. Precisamos nos sentir e ser produtivos. Na reabertura das lojas, vamos seguir com rigor as orientações das autoridades para garantir a saúde e o bem-estar de funcionários e clientes', declarou o presidente **Marcelo Queiroz** em live, no dia 3 de junho, no Instagram da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**).

Queiroz disse que a Fecomércio sempre se manteve à frente de iniciativas em defesa do setor. 'Desde o primeiro momento, criamos um canal permanente de diálogo, sempre produtivo, com o Governo do Estado e prefeituras. Nessas conversas, apresentamos uma série de pleitos, cujo atendimento imediato foi muito importante.'

?Ele citou como exemplo a postergação de pagamento de alguns impostos e obrigações fiscais. Conquistou-se ainda prioridade para as empresas locais nas aquisições de produtos e serviços pelos poderes públicos e a extensão do prazo de validade de certidões e licenças.

?No trabalho de orientação aos empresários, a entidade criou uma Central de Atendimento Virtual para apoio jurídico. O serviço é oferecido por e-mail, WhatsApp e telefone fixo. Mais de 250 empresas foram atendidas. Além disso, a

Comissão Intersindical da Federação disponibilizou uma Central de Negociação/Mediação Virtual para orientar e efetivar a adesão das empresas à MP nº 936/2020.

?Sesc

Marcelo Queiroz citou as muitas ações do Sesc, durante a pandemia, que têm trazido conforto e segurança à população. É o caso da Unidade Móvel Sesc Saúde Mulher, pioneira no Brasil, que foi deslocada para o pátio da Maternidade Escola Januário Cicco. Ali, num trabalho importante de prevenção, a equipe do Sesc e profissionais da maternidade, que pertence à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, fazem a triagem das grávidas que chegam ao hospital para checar se têm algum sintoma de covid-19. Evita-se assim que, em caso positivo, acessem o local. Cerca de 700 mulheres já foram atendidas.

?O programa **Mesa Brasil** distribuiu 420 mil quilos de alimentos a 65 instituições, beneficiando 92 mil pessoas carentes. Comunidades atendidas pela instituição e a classe artística receberam também 778 cestas básicas (mais de 4 mil quilos de alimentos), arrecadados por meio de uma Live Solidária, que em 10 dias já tinha mais de 34 mil visualizações.

?A Campanha **Mesa Brasil** Solidário, em parceria com uma emissora de TV, arrecadou mais de 1 tonelada de alimentos. As doações estão sendo distribuídas às instituições carentes cadastradas no programa. Já os alunos das Escolas Sesc no Estado receberam cerca de 3 mil quilos de alimentos.

?Também presidente do Conselho Regional do Sesc, Queiroz revelou que mais de 13 mil refeições (quentinhas), a preço subsidiado, foram servidas, com serviço de delivery ou take away (o consumidor retira no local), pelo restaurante do Sesc Rio Branco, em Natal. Ao mesmo tempo, 300 refeições são distribuídas diariamente a entidades e comunidades carentes. Até o fim de maio, foram quase 9 mil refeições, equivalente a mais de duas toneladas e meia de comida.

?Para manter os estudantes em atividade, foram feitas adaptações nas Escolas Sesc. Os alunos passaram a ter acesso às atividades pedagógicas em sala de aula virtual, por meio do Google Classroom e outras ferramentas que proporcionam maior interação.

?O dirigente destacou ainda que o Sesc Ler São Paulo do Potengi, em parceria com costureiras, loja de tecidos e o Sindicato do município, produziram e doaram 610 máscaras.

?Senac

Marcelo Queiroz falou com orgulho da parceria que o Sistema Fecomércio-RN firmou com o Governo do Estado para que profissionais de saúde que comprovem conviver com pessoas dos grupos de risco ou que tenham alguém com covid-19 em suas residências fiquem hospedados no Hotel-Escola Senac **Barreira Roxa**. São 106 leitos oferecidos, com um investimento mensal da entidade da ordem de R\$ 350 mil, com outros R\$ 159 mil/mês custeados pelo Governo.

?O Senac está promovendo cursos on-line gratuitos para preparar funcionários de estabelecimentos para a adoção de todos os

protocolos e medidas propostos no Plano de Retomada Gradual da Atividade Econômica no Estado, no pós-pandemia. São cursos de curta duração, num total de 1.350 vagas, em 27 turmas, com foco em segmentos como creches, escolas, escritórios, lojas, estabelecimentos de beleza e estética, shoppings, meios de hospedagem e serviços de receptivo.

??Ainda nessa linha, foi lançado o Programa de Assistência Digital Empresarial, serviço gratuito de capacitação e ajuda para as pequenas e médias empresas, com foco em ensinar como vender seus produtos/serviços de forma on-line durante este período de isolamento social e suspensão do funcionamento das empresas de forma presencial. Dentro do programa, o Senac promove lives no seu canal do Youtube, com o intuito de incentivar o conhecimento e o acesso a conteúdo voltado para as plataformas digitais. O programa tem participação aberta a todos os interessados, incluindo pessoas de outros estados.

Adicionalmente às iniciativas de suporte aos empresários, foi lançada uma nova fase do **Programa Senac de Gratuidade** Empresa, o **PSG** Empresa. Há cerca de 500 vagas em 10 cidades, com cursos on-line de capacitação e qualificação dos empreendedores.

Turismo

Fecomércio, por meio do Senac, em parceria com a Secretaria Estadual de Turismo e outras entidades, também elaborou o Plano de Retomada do Setor Turístico Potiguar. O documento lista uma série de ações e propostas que busca posicionar o Rio Grande

do Norte como um destino no qual o turista se sinta seguro no pós-Pandemia.

?O presidente da Federação revelou que está sendo feito um trabalho intenso nas empresas para prepará-las para a retomada das atividades. Na opinião de **Marcelo Queiroz**, no período pós-pandemia, o mundo não será mais o mesmo. Para ele, o momento é de aprendizado, de absorver informações para um novo mundo dos negócios.

?Temos que estar cada vez mais atentos às novas tecnologias e preparados para utilizar ferramentas de venda on-line. Muitos consumidores que recorreram ao e-commerce durante a pandemia vão permanecer com essa forma de compras', alertou.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - SISTEMA FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio, FECOMÉRCIO-RN - MESA BRASIL, FECOMÉRCIO-RN - BARREIRA ROXA, FECOMÉRCIO-RN - PROGRAMA SENAC DE GRATUIDADE

Dia dos Namorados menor em tempos de Coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Deu no Globo

Pelas contas da **Confederação Nacional do Comércio**, o dia dos namorados (sexta que vem) deve ter o menor volume de vendas desde 2007.

O faturamento do varejo, que chegou a bater R\$ 150 milhões em 2015, deve ser de R\$ 85,3 milhões em 2020.

DO TL

Por aqui, com o novo Decreto - que não flexibilizou abertura do comércio antes do dia 12-, a saída tem sido a venda à distância

através de aplicativos ou redes sociais.

Grandes shoppings da capital já começaram a avisar que farão 'drive-thru', venda pelos carros nos estacionamento. E nenhum namorado terá desculpa para deixar de manifestar seu ? amor.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Turismo tem prejuízo de R\$ 62 bilhões e segundo avaliação do setor, imagem do Brasil pode dificultar a retomada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Tatiana Alcantara

Foto: Vagner Santos/Arquivo pessoal

As medidas de isolamento, que visam reduzir o grau de contágio da Covid-19 entre a população brasileira e evitar sobrecarregar o sistema de saúde nacional, afetaram o turismo, que é um serviço não-essencial. O prejuízo acumulado até abril é de R\$ 62 bilhões, segundo projeção da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**).

'O momento atual do turismo brasileiro é dramático. Se a gente detalhar por setores, pode-se dizer que a hotelaria está

majoritariamente fechada em todo o Brasil. Os que estão funcionando têm o nível de ocupação muito baixo', afirma Alexandre Sampaio, diretor da **CNC** e presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação.

O guia de turismo Vagner Santos atua na Chapada Diamantina, interior da Bahia, e conta que está há 75 dias sem renda. O parque nacional que atrai os visitantes teve de ser fechado por conta da epidemia de coronavírus. A alta temporada na região acontece neste mês e em julho. Eventos tradicionais da região tiveram de ser cancelados.

'Sou guia há mais de 18 anos, faço trekking [caminhada de trilhas] do Vale do Pati, um dos mais famosos do Brasil. Somos 2.500 habitantes nessa região que vive em torno do turismo, e no momento todo mundo está se ajudando e vivendo de doações', afirma Santos.

Ele tem dois filhos e ainda não teve liberado o auxílio emergencial de R\$ 600 do governo federal. O guia de turismo avalia que os passeios na Chapada Diamantina só retornarão em fevereiro do ano que vem. Segundo a prefeitura de Mucugé, cidade referência da Chapada, em 2019 foram recebidos 120 mil turistas. Para 2020, a projeção inicial era de crescimento expressivo: a estimativa era de um total de 160 mil visitantes no ano.

A taxa de ocupação nos hotéis está entre 3% a 5% e os voos das aéreas tiveram uma queda entre 90% e 95%. Há a previsão de 300 mil desempregados no setor. Segundo Mariana Aldrigui Carvalho, pesquisadora da USP sobre o

setor de turismo, as estimativas são de que só em 2023 o faturamento volte ao patamar que estava em dezembro do ano passado. 60% dos hotéis do país ainda estão fechados, aponta pesquisa.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) citados pela FGV Projetos, o setor de turismo responde por 3,71% do PIB do país.

IMAGEM NEGATIVA

Um fator que deve piorar a situação do setor é a imagem negativa do Brasil em centros como Europa e EUA, ocasionada pelas críticas sobre as medidas de saúde federais na pandemia de Covid-19.

'O perfil de turista estrangeiro que costuma visitar o Brasil tem uma faixa etária entre 25 e 30 anos, profissão estabelecida e um nível de renda mais elevado. Essa pessoa costuma buscar informações sobre o destino que pretende visitar. Também pode contactar um agente de viagem que provavelmente vai sugerir que o Brasil não é um bom lugar para conhecer em tempo de pandemia. O problema é que não sabemos quanto tempo isso irá durar', diz Aldrigui Carvalho.

Alexandre Sampaio, da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação, concorda com a avaliação sobre a imagem ruim, mas aponta outro setor econômico que será prejudicado: o de agências de viagem que negociam as idas do brasileiro ao exterior.

'Quem trabalha com turismo internacional não vai receber nenhum investimento. Nossa imagem está muito ruim por ter se tornado um

núcleo de difusão da doença, por conta das medidas que foram tomadas pelo governo. O turismo brasileiro está com uma imagem muito comprometida. Os brasileiros também não vão ser bem-vindo em outros países, então temos que investir no turismo interno', diz Sampaio. Veja mais [AQUI](#).

G1

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Empresas preveem mais demissões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Apesar do número já recorde de demissões no **mercado** de trabalho em abril, o empresariado brasileiro prevê que os próximos três meses sejam de mais dispensas de funcionários, segundo um estudo do Instituto Brasileiro de **Economia** da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) feito a pedido do jornal O Estado de São Paulo.

Na indústria de vestuário e acessórios, mais de 80% dos empresários pretendem reduzir o quadro de funcionários nos próximos três meses. Na indústria têxtil, mais de 60% dos empresários declararam em maio que farão ajustes entre seus empregados no curto prazo, segundo dados coletados pela Sondagem Empresarial do Ibre/FGV em maio.

Embora os subsetores em pior posição sejam do ramo industrial, a situação também é preocupante em segmentos de serviços, construção e comércio de automóveis e autopeças. Segundo a FGV, não há expectativa de que a situação se reverta no curto prazo, ou seja, que passe a haver mais empresários planejando contratar do que planejando demitir.

'Algumas dessas empresas são grandes e de alguma forma até conseguem reduzir o quadro de pessoal sem precisar demitir, fazendo plano de demissão voluntária, não substituindo algum aposentado. A gente sabe que neste momento vai ter muita demissão. Mas a gente não pode confundir com a magnitude da demissão. Pode ter 90% das empresas dizendo que vão demitir, mas elas não estão dizendo quanto será essa redução do quadro de pessoal. A gente assume que existe uma relação histórica com esse saldo. Geralmente, quando há mais gente querendo demitir, há mais demissões", lembrou Aloisio Campelo Júnior, superintendente de Estatísticas Públicas do Ibre/FGV.

Sondagem

Considerando toda a amostra da Sondagem Empresarial, um terço dos empresários pretende reduzir o número de funcionários nos próximos meses, 33,1% do total. Uma melhora na intenção de contratações ainda depende de a pandemia evoluir favoravelmente e as medidas de socorro do governo surtam efeito, explicou Capelo Júnior.

'Mesmo que a **economia** volte, a gente vai ver o nível de atividade retomando, mas ainda abaixo de uma situação de normalidade, então as empresas vão ficar um tempo na balança, ainda

vendo quanto dá para se sustentar, porque já gastaram as reservas que tinham", ressaltou Campelo Júnior, defendendo a importância de injeção de capital via crédito ou pelo programa de sustentação do emprego 'para fazer essa ponte entre a situação pior da crise e uma situação mais próxima da normalidade".

Segundo ele, algumas ainda precisarão demitir para ajustar as contas, e o emprego se recuperará de forma mais lenta do que a atividade econômica. 'Pode haver certa heterogeneidade entre os segmentos, alguns vão demorar um pouco mais para reagir, vão ter outros com uma adaptação um pouco mais rápida à medida que houver afrouxamento (do isolamento social)", acrescentou Rodolpho Tobler, economista do Ibre/FGV, também responsável pelo estudo.

Ele espera melhora, na melhor das hipóteses, apenas no fim do ano. 'No curto prazo, a gente não tem uma expectativa de que esse número salte para o patamar positivo (mais empresas prevendo contratar do que demitir), como a gente vinha operando no fim do ano passado", completou Tobler.

O economista Fabio Bentes, da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**), lembra que quase 800 mil postos de trabalho com carteira assinada já foram extintos de janeiro a abril deste ano, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Ele estima que o emprego formal perca 2,5 milhões de vagas em 2020, caso a expectativa de queda de 6% no Produto Interno Bruto brasileiro se confirme.

'Pelo menos mais 1,7 milhão de vagas com carteira assinada serão extintas de maio a dezembro, guardadas as relações fortíssimas entre o PIB e a geração de vagas pelo Caged.

Para Bentes, é possível que haja alguma criação de empregos formais temporários em novembro, dependendo da evolução da pandemia da covid-19.

Exceções

No levantamento da FGV, os dois únicos subsetores que previram em maio aumentar o quadro de funcionários num horizonte de três meses foram a indústria farmacêutica, com 8,7% do empresariado prevendo contratações, e hipermercados e supermercados, com 1,9% dos empresários planejando aumentar o número de empregos.

O levantamento do Ibre/FGV ajustou sazonalmente a série de respostas dos que planejam contratar e dos que planejam demitir, antes de fazer o saldo de demissões, neutralizando assim os movimentos característicos de contratações e dispensas que marcam o **mercado** de trabalho a depender da época do ano.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

COMÉRCIO VAREJISTA DO RIO GRANDE DO NORTE DEIXOU DE FATURAR R\$ 160 MILHÕES POR CAUSA DA PANDEMIA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Hilneth Correia

O presidente da Fecomércio Rio Grande do Norte, **Marcelo Queiroz**, afirmou que, por causa

do decreto do Governo do Estado, que permite a abertura somente dos estabelecimentos considerados essenciais, hoje 46 mil empresas do comércio varejista deixaram de faturar perto de R\$ 160 milhões. Dos 51 mil empregos com carteira assinada que geravam, 6 mil deixaram de existir. Isso equivale a mais de 65% do total de demissões no Estado ao longo da pandemia.

Segundo o dirigente, outros 83 mil empregos foram impactados pela MP nº 936/2020 (que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia). Isto equivale a 16% do total de empregos formais (586 mil profissionais) gerados pelo setor privado no Rio Grande do Norte.

'Mas nós precisamos estar preparados para a retomada das atividades, assim que for possível. Precisamos nos sentir e ser produtivos. Na reabertura das lojas, vamos seguir com rigor as orientações das autoridades para garantir a saúde e o bem-estar de funcionários e clientes', declarou o presidente **Marcelo Queiroz** em live, no dia 3 de junho, no Instagram da **Confederação Nacional do Comércio** de Bens, Serviços e Turismo (**CNC**).

?No trabalho de orientação aos empresários, a entidade criou uma Central de Atendimento Virtual para apoio jurídico. O serviço é oferecido por e-mail, WhatsApp e telefone fixo. Mais de 250 empresas foram atendidas. Além disso, a Comissão Intersindical da Federação disponibilizou uma Central de Negociação/Mediação Virtual para orientar e efetivar a adesão das empresas à MP nº 936/2020.

Fonte: **CNC**

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN -
Confederação Nacional do Comércio**

Confiança do empresário do comércio recua no país, aponta CNC



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Influenciado pelos impactos econômicos do novo coronavírus, o Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec), medido pela **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**, registrou em maio sua maior queda mensal desde o início da realização da pesquisa, em março de 2011. O indicador caiu 20,9%, em sua terceira retração consecutiva, e, com 94,5 pontos, atingiu o menor nível desde setembro de 2016, chegando à zona de avaliação negativa (abaixo de 100 pontos) - o que não acontecia desde março de 2017. Em relação ao mesmo período do ano passado, a redução foi de 22,8%.

Créditos: Adriano Abreu Com maioria das lojas

fechadas em todo o Brasil por causa dos decretos estaduais de isolamento social, arrecadação do comércio ruiu

Com 75 pontos, o indicador que mede a satisfação dos empresários com as condições atuais apresentou retração mensal de 26,5%. De acordo com a pesquisa, os comerciantes estão pessimistas, principalmente, com a economia. O item que mede este sentimento recuou 32,8% com relação a abril, registrando a maior redução na comparação com o mês anterior e atingindo 62,5 pontos - o menor patamar desde setembro de 2018. Além disso, para 67,2% dos entrevistados, a situação econômica atual está pior do que há um ano. É a maior proporção de avaliação negativa desde novembro de 2018.

O presidente da **CNC**, José Roberto Tadros, reforça que, assim como aconteceu com os consumidores na última Intenção de Consumo das Famílias (ICF), a percepção ainda mais pessimista dos comerciantes quanto ao nível atual de atividade econômica está diretamente relacionada ao alastramento da crise provocada pela pandemia de covid-19. 'Entre as iniciativas para combater o vírus, o isolamento social segue motivando a paralisação de empresas, fazendo com que a grande maioria tenha drásticas reduções em seus faturamentos, com riscos reais de encerrar suas atividades em definitivo', ressalta Tadros.

De acordo com ele, mesmo com a injeção de liquidez, em diferentes ações, pelo Banco Central, o crédito está 'empoçado' no sistema financeiro. 'Os bancos ampliaram as provisões

referentes à inadimplência, e, com isso, as empresas têm encontrado dificuldades para acessar os recursos. Sem crédito e nenhum tipo de auxílio emergencial, o cenário para os próximos meses é dramático para parte expressiva das empresas do comércio, um dos mais afetados entre os grandes setores da economia', afirma o presidente da **CNC**.

Expectativas e investimento

Já o indicador que mede as expectativas dos empresários do comércio permaneceu na zona de avaliação positiva, com 120,5 pontos, apesar das fortes retrações mensal e anual, de 20,9% e 26,3%, respectivamente.

Especificamente sobre a economia, a proporção de comerciantes que esperam uma piora nos próximos meses mais que dobrou, chegando ao maior percentual desde maio de 2016: 39,8%.

Com relação ao setor do comércio, as reduções foram de 19,7% (mensal) e 25,2% (anual). Com 122 pontos, o item atingiu em 2020 o menor nível para meses de maio na série histórica. Mais de 32% dos empresários acreditam que o comércio vai piorar no curto prazo, contra 12,9% em abril e 6,1% em março.

O índice que avalia as intenções de investimento também registrou variações negativas: -15,1% (mensal) e -14,7% (anual). Com 88 pontos, o item chegou ao menor patamar desde julho de 2017. A economista da **CNC** responsável pela pesquisa, Izis Ferreira, aponta a queda na intenção de contratar como um dos principais pontos de atenção. 'A disposição do empresário para empregar alcançou o pior resultado desde junho de 2016, com 89,8 pontos. Do total de comerciantes

entrevistados, 56,8% afirmaram que têm intenção de reduzir o quadro de funcionários, contra 35,5%, em abril, e 30,2% em maio de 2019', diz.

Izis chama a atenção ainda para o aumento do percentual de empresários dispostos a reduzir os investimentos: 58,8%, ante 49,2%, em abril, e 46,8% em março. 'Com as condições correntes bastante negativas e expectativas em deterioração, além das dificuldades de acesso ao crédito, cada vez mais comerciantes estão retraindo planos de investimento nas empresas', conclui a economista.

Entrevista: **Marcelo Queiroz**, Presidente da Fecomércio RN

'Nossas entidades seguirão atuando fortemente'

A pandemia está gerando mudanças no consumo em todo o mundo. A Fecomércio RN acredita que elas serão passageiras? A partir de quando teremos consumidores mais seguros e dispostos a gastar?

Claro que o consumidor que sairá desta pandemia não será o mesmo. Assim como as empresas também não serão as mesmas. Por vários motivos. A segurança e a disposição para gastar virão com o tempo, após a retomada da atividade econômica, de maneira gradual, segura e responsável. Até porque, isso depende, também, de a economia girar, retomarmos emprego e renda e renovarmos o clima de normalidade.

Essa mudança de comportamento no RN será prejudicial? Por quais motivos?

Não acredito que seja prejudicial. Cada empresa precisará medir o pulso do seu consumidor e se adaptar. Mas isso não nos assusta. Faz parte da história do empreendedor do comércio se reinventar, se desdobrar para atender aos anseios e exigências do seu consumidor. Faremos isso novamente. E as nossas entidades seguirão atuando fortemente para dar às empresas o suporte necessário para estes ajustes.

A Fecomércio RN vislumbra a retomada do crescimento dos setores de Comércio e Serviços a partir de quando no Estado?

Esta é uma pergunta difícil de responder. Acredito que ninguém sabe ao certo a resposta dela. Mas podemos estimar. Considerando que efetivamente daremos início ao Plano de Retomada Gradual da Economia a partir de 17 de junho no nosso Estado, acredito que em dois ou três meses já teremos uma condição de quase normalidade que permitirá vermos os números começarem a reagir.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

Com isolamento, varejo deixou de faturar R\$ 160 milhões no Estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o isolamento social e a abertura autorizada por decretos apenas de estabelecimentos considerados essenciais, 46 mil empresas do comércio varejista deixaram de faturar perto de R\$ 160 milhões. A informação é do presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**. Segundo a entidade, dos 51 mil empregos com carteira assinada que essas empresas geravam, 6 mil deixaram de existir. Isso equivale a mais de 65% do total de demissões no Estado ao longo da pandemia.

Segundo o dirigente, outros 83 mil empregos foram impactados pela MP nº 936/2020 (que permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia). Isto

equivale a 16% do total de empregos formais (586 mil profissionais) gerados pelo setor privado no Rio Grande do Norte.

"Precisamos estar preparados para a retomada das atividades, assim que for possível. Precisamos nos sentir e ser produtivos. Na reabertura das lojas, vamos seguir com rigor as orientações das autoridades para garantir a saúde e o bem-estar de funcionários e clientes", declarou o presidente **Marcelo Queiroz** em live, no dia 3 de junho, no Instagram da **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**.

Queiroz disse que a Fecomércio sempre se manteve à frente de iniciativas em defesa do setor. 'Desde o primeiro momento, criamos um canal permanente de diálogo, sempre produtivo, com o Governo do Estado e prefeituras. Nessas conversas, apresentamos uma série de pleitos, cujo atendimento imediato foi muito importante.'

O presidente da Federação revelou que está sendo feito um trabalho intenso nas empresas para prepará-las para a retomada das atividades. Na opinião de **Marcelo Queiroz**, no período pós-pandemia, 'o mundo não será mais o mesmo'. Para ele, o momento é de aprendizado, de absorver informações para um novo mundo dos negócios.

'Temos que estar cada vez mais atentos às novas tecnologias e preparados para utilizar ferramentas de venda online. Muitos consumidores que recorreram ao e-commerce durante a pandemia vão permanecer com essa forma de compras', alertou.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -
MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN -
Confederação Nacional do Comércio**

Com isolamento, varejo deixou de faturar R\$ 160 milhões no Estado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o isolamento social e a abertura autorizada por decretos apenas de estabelecimentos considerados essenciais, 46 mil empresas do comércio varejista deixaram de faturar perto de R\$ 160 milhões. A informação é do presidente da Fecomércio RN, **Marcelo Queiroz**. Segundo a entidade, dos 51 mil empregos com carteira assinada que essas empresas geravam, 6 mil deixaram de existir. Isso equivale a mais de 65% do total de demissões no Estado ao longo da pandemia.

Segundo o dirigente, outros 83 mil empregos foram impactados pela MP nº 936/2020 (que

permite a redução de salários e a suspensão de contratos de trabalho durante a pandemia). Isso equivale a 16% do total de empregos formais (586 mil profissionais) gerados pelo setor privado no Rio Grande do Norte.

"Precisamos estar preparados para a retomada das atividades, assim que for possível. Precisamos nos sentir e ser produtivos. Na reabertura das lojas, vamos seguir com rigor as orientações das autoridades para garantir a saúde e o bem-estar de funcionários e clientes", declarou o presidente **Marcelo Queiroz** em live, no dia 3 de junho, no Insta-gram da **Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)**.

Queiroz disse que a Fecomércio sempre se manteve à frente de iniciativas em defesa do setor. "Desde o primeiro momento, criamos um canal permanente de diálogo, sempre produtivo, com o Governo do Estado e prefeituras. Nessas conversas, apresentamos uma série de pleitos, cujo atendimento imediato foi muito importante."

O presidente da Federação revelou que está sendo feito um trabalho intenso nas empresas para prepará-las para a retomada das atividades. Na opinião de **Marcelo Queiroz**, no período pós-pandemia, "o mundo não será mais o mesmo". Para ele, o momento é de aprendizado, de absorver informações para um novo mundo dos negócios.

"Temos que estar cada vez mais atentos às novas tecnologias e preparados para utilizar ferramentas de venda online. Muitos consumidores que recorreram ao e-commerce durante a pandemia vão permanecer com essa

forma de compras”, alertou.

A Caixa vai abrir, neste sábado (6), 15 agências no Rio Grande do Norte para atendimento aos beneficiários do Auxílio Emergencial, das 8h às 12h. A segunda parcela do benefício, que já havia sido antecipada para uso digital por meio do aplicativo Caixa Tem, estará disponível para saque em espécie, de acordo com calendário, para aqueles que receberam a primeira parcela até 30 de abril.

A partir deste sábado, o pagamento será feito a beneficiários nascidos em julho. No estado abrirão agências em Assú, Caicó, Ceará-Mirim, Currais Novos, Goianinha, Mossoró Natal (Alecrim, Cidade Alta e Ribeira), Nova Cruz, Parnamirim (Centro),

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN - MARCELO QUEIROZ, FECOMÉRCIO-RN - Confederação Nacional do Comércio

PRA FICAR EM CASA: Confira as lives do fim de semana



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Marcelo D2 faz live nesta sexta-feira (05)

Com shows suspensos e os bares fechados, as lives, transmissões ao vivo de shows pela internet, se tornaram a melhor opção de entretenimento nesse período de isolamento. Os artistas mantêm o contato com os fãs e continuam a fazendo shows, mesmo em meio à quarentena e os fãs se divertem. E neste fim de semana, diversos músicos vão realizar suas apresentações no YouTube.

Confira abaixo a programação das transmissões ao vivo, que já começam nesta sexta-feira (5).

Sexta-feira (5):

Mateus e Cristiano - 18h

Teresa Cristina (Em Casa com **Sesc**) - 19h

Marcelo D2 (Multishow) - 20h

Mano Walter - 20h

Thiago e Graciano - 20h

Luiza e Maurílio - 20h

Ponto de Equilíbrio - 21h

Xênia França (**Cultura em Casa**) - 21h30

Tropkillaz - 22h

Sábado (5):

Arraiá do Bell Marques - 12h

Camila Loures - 13h

Sérgio Britto (Showlivre Play)- 16h

Lagum (Multishow) - 16h30

Zé Neto e Cristiano - 18h

Francis e Olivia Hime (Em Casa com **Sesc**) - 19h

Jota Quest - 20h

Vibrações - 20h

Fernando e Sorocaba - 21h

Tuyo - 21h

Domingo (7):

Thaeme e Thiago - 16h

Mumuzinho - 18h

Manu Gavassi (Multishow) - 19h

Renato Teixeira (Em Casa com **Sesc**) - 19h

VillaMix em Casa Modão com Leonardo,
Rionegro e Solimões e outros - 20h.

**Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - CULTURA**

Elite política e jurídica do país rejeita cortar salário na pandemia do coronavírus



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: bruno

A quase totalidade da elite política e jurídica brasileira se mantém calada ou é contra aplicar ao funcionalismo, durante a pandemia do coronavírus, a mesma regra estabelecida pelo governo Jair Bolsonaro para a iniciativa privada, ou seja, a possibilidade de suspensão de contratos de trabalho ou redução de até 70% nos contracheques, medida que já atingiu mais de 9 milhões de trabalhadores.

O corte na própria carne tem se restringido ao simbolismo da redução de **salário** de alguns governadores, prefeitos e secretários estaduais e municipais, por decisão própria.

Alguns até dizem poder discutir a medida para os servidores, mas só em casos extremos, e não há nenhuma movimentação evidente em Brasília, nos três Poderes, para aprovação de projeto nesse sentido.

A Folha procurou nas duas últimas semanas o presidente Bolsonaro, todos os seus 21 ministros, os presidentes da Câmara e do Senado, os presidentes dos dez maiores partidos políticos brasileiros, os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal, o procurador-geral da República, os 27 governadores e os 26 prefeitos de capital.

Em um período em que as demissões se avolumam e não só o **salário** de trabalhadores da iniciativa privada é afetado, como também o rendimento de empresas, empreendedores e trabalhadores informais, a maioria não respondeu ser contra ou a favor do corte dos próprios salários e do funcionalismo em geral.

O silêncio reflete a posição majoritária no Congresso Nacional, que chegou a aprovar, inclusive, pacote de socorro aos estados e municípios com brecha para que algumas categorias do funcionalismo recebam novos reajustes??. Bolsonaro vetou esse ponto, mas o Congresso pode derrubar essa decisão.

Ministros do STF não se manifestaram sob o argumento de que podem ter que julgar questões relacionadas ao tema. Bolsonaro e seus ministros não responderam.

Governadores, prefeitos de capitais e

presidentes dos partidos políticos que se manifestaram, assim como o procurador-geral da República, Augusto Aras, foram majoritariamente contra a medida, que precisaria ser aprovada pelo Congresso e sancionada por Bolsonaro para começar a valer.

Os únicos a defendê-la de forma clara para o período da pandemia foram os presidentes do MDB, deputado federal Baleia Rossi (SP), o presidente do PL, Jose Tadeu Candelária, o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil (PSD), e o governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), que estima uma perda de arrecadação no estado de R\$ 3,4 bilhões até dezembro.

Para ele, uma medida como essa daria maior flexibilidade a governadores e prefeitos no enfrentamento da pandemia.

Os demais ou se disseram contra ou indicaram não trabalhar com essa possibilidade no momento. 'Sobre 'corte de gastos', congelamentos etc., creio que a agenda é outra. Somente despesas públicas podem impulsionar o setor privado e nos tirar da maior depressão econômica da nossa história', afirmou o governador Flávio Dino (PC do B-MA), um dos principais líderes da oposição a Bolsonaro.

Presidente do maior partido de oposição, o PT, a deputada Gleisi Hoffmann (PR) vai na mesma linha: 'Sou contra a redução do **salário** de quem quer que seja. Em um momento como esse, nós precisamos garantir renda para as pessoas, para que o consumo permaneça e para que a **economia** não vá ainda mais para o fundo do poço.'

Dono de um patrimônio declarado nas últimas eleições de R\$ 189 milhões, o governador João Doria (PSDB-SP), que sempre abriu mão da remuneração, afirmou ter determinado que seus salários de abril a agosto sejam usados na compra de alimentos para atender à população em estado de pobreza e extrema pobreza em São Paulo.

'Sou a favor de que cada um tenha a consciência da sua responsabilidade e da sua capacidade de ser solidário e demonstrar isso na prática.'

Sobre o corte no **salário** do funcionalismo, listou redução de despesas e medidas de austeridade fiscal no estado que, segundo ele, somam R\$ 2,3 bilhões.

O governador Wilson Witzel (PSC-RJ) se limitou a dizer, por meio de sua assessoria, ser contra o corte de **salário** de políticos e do funcionalismo.

O governador do Piauí, Wellington Dias (PT), cortou em 30% o próprio **salário** e o dos funcionários comissionados, mas se disse contra reduzir o contracheque do funcionalismo.

FOLHAPRESS

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Vereadores em Natal aprovam projeto sobre repasses à Previdência Municipal em período de pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Os vereadores da Câmara Municipal de Natal se reuniram nessa quinta-feira (4), em sessão ordinária virtual, e aprovaram, em regime de urgência, Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias e do pagamento dos refinanciamentos de dívidas do município com a Previdência Social de Natal. A sessão contou com a presença, em plenário, do procurador do município Fernando Benevides, que explicou detalhes do Projeto e tirou dúvidas dos vereadores.

Na prática, a matéria vem em complemento ao

Projeto de Lei Federal de nº 173, que trata sobre questões financeiras e instabilidade econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. 'O Governo Federal, além da contribuição financeira que está enviando aos estados e municípios que estão sofrendo com quedas nas receitas e arrecadações, abre a possibilidade para que prefeituras e governos, com a aprovação dos seus respectivos legislativos, possam suspender temporariamente (até dezembro de 2020, no caso de Natal) os pagamentos de suas dívidas e repasses previdenciários. O objetivo é aumentar o fluxo de caixa das gestões. Isso por que o auxílio financeiro enviado pelo próprio Governo Federal só terá duração de quatro meses', destacou o Fernando Benevides.

A redação final do PL teve três emendas encartadas. A primeira delas, do vereador Fúlvio Saulo (Solidariedade), obriga o município a informar no site oficial da gestão os valores mensais que deixaram de ser recolhidos à Previdência. O vereador Fernando Lucena (PT) também encartou duas emendas. Na primeira, a Prefeitura deve parcelar em até dez meses os débitos oriundos da suspensão, e na segunda, incluir um índice de reajuste ao valor que o Executivo deixará de pagar.

'Nós sabemos que hoje caiu em quase 40% a arrecadação do município, e se o Executivo pode fazer caixa para pagar em dia o **salário** dos servidores, eu acho que é benéfico. Nós estamos vivendo um momento muito difícil não só na área da saúde, como da **economia** também, e quando a **economia** não gira, não existe impostos. Então, consequentemente, a

arrecadação cai. Dessa forma, foi um projeto aprovado em boa hora', explicou o vereador Paulinho Freire (PDT).

Os vereadores da Câmara Municipal de Natal se reuniram nesta quinta-feira (4), em sessão ordinária virtual, e aprovaram, em regime de urgência, Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias e do pagamento dos refinanciamentos de dívidas do município com a Previdência Social de Natal. A sessão contou com a presença, em plenário, do procurador do município Fernando Benevides, que explicou detalhes do Projeto e tirou dúvidas dos vereadores.

Na prática, a matéria vem em complemento ao Projeto de Lei Federal de nº 173, que trata sobre questões financeiras e instabilidade econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. 'O Governo Federal, além da contribuição financeira que está enviando aos estados e municípios que estão sofrendo com quedas nas receitas e arrecadações, abre a possibilidade para que prefeituras e governos, com a aprovação dos seus respectivos legislativos, possam suspender temporariamente (até dezembro de 2020, no caso de Natal) os pagamentos de suas dívidas e repasses previdenciários. O objetivo é aumentar o fluxo de caixa das gestões. Isso por que o auxílio financeiro enviado pelo próprio Governo Federal só terá duração de quatro meses', destacou o Fernando Benevides.

A redação final do PL teve três emendas encartadas. A primeira delas, do vereador Fúlvio Saulo (Solidariedade), obriga o município a informar no site oficial da gestão os valores mensais que deixaram de ser

recolhidos à Previdência. O vereador Fernando Lucena (PT) também encartou duas emendas. Na primeira, a Prefeitura deve parcelar em até dez meses os débitos oriundos da suspensão, e na segunda, incluir um índice de reajuste ao valor que o Executivo deixará de pagar.

'Nós sabemos que hoje caiu em quase 40% a arrecadação do município, e se o Executivo pode fazer caixa para pagar em dia o **salário** dos servidores, eu acho que é benéfico. Nós estamos vivendo um momento muito difícil não só na área da saúde, como da **economia** também, e quando a **economia** não gira, não existe impostos. Então, conseqüentemente, a arrecadação cai. Dessa forma, foi um projeto aprovado em boa hora', explicou o vereador Paulinho Freire (PDT).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Dólar tem forte queda e é negociado abaixo de R\$ 5 pela 1ª vez desde março



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O dólar recua, nesta sexta-feira, 5, refletindo o maior apetite a risco nos mercados globais. Entre os fatores que impulsionam esse movimento estão os dados de desemprego dos Estados Unidos, considerado um dos melhores da história, e a perspectiva de que a **economia** se aqueça conforme os estímulos dos governos e bancos centrais forem liberados. Às 10h36, o dólar comercial caía 2,878%% e era vendido por 4,983 reais. É a primeira vez desde 13 de março que a moeda americana é negociada abaixo de 5 reais. Com isso, a divisa caminha para fechar em queda pela terceira semana consecutiva.

A explicação é que, nesta manhã, o Departamento de Trabalho dos Estados Unidos

divulgou o payroll de maio, que mede a variação a dos postos de trabalho não-agrícola. Os resultados apontaram crescimento do **mercado** de trabalho, pegando o **mercado** de surpresa. Enquanto se esperava a perda de até 8 milhões de postos, foram criados 2,5 milhões, reduzindo a taxa de desemprego de 14,7% para 13,3%. Pelas projeções do **mercado**, o desemprego saltaria para 19,7%.

'Foi o melhor payroll da história. Absolutamente todo mundo errou [as projeções]. Todos os analistas erraram muito', afirmou Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset. Segundo ele, isso foi possível graças a dinâmica do **mercado** de trabalho americano. 'Lá eles destróem e criam empregos em uma velocidade muito forte.'

Exame

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

De forma online, Praia Shopping participa do Dia Livre de Imposto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

As lojas do Praia Shopping vão aderir ao Dia Livre de Imposto, movimento que será realizado nessa quinta-feira (04) em todo o Brasil. Com segurança e tranquilidade, os clientes poderão fazer suas compras pela internet, por meio do site compreonline.praiashopping.com.br e receber os produtos em casa ou pegar no drive thru.

Segundo a Gerente Geral do Praia Shopping, Danielle Leal, a iniciativa visa conscientizar o consumidor sobre o montante de impostos pagos pelas empresas e pela população, provendo a reflexão também sobre o retorno desse dinheiro em benefícios para a sociedade. "Agora, mais do que nunca, que o nosso

sistema de saúde está precisando de tanto investimento, poderemos comparar na prática o impacto do imposto no dia a dia, em contraponto ao retorno real oferecido ao contribuinte nos serviços públicos", explicou Danielle Leal. O Dia Livre de Imposto é também uma excelente oportunidade de vendas e compras a preços acessíveis, especialmente neste momento delicado em que se encontra a **economia**. "A participação do Praia no projeto visa também apoiar os nossos lojistas, que estão precisando manter os seus negócios, e o beneficiar o consumidor que deseja adquirir produtos com um preço bem mais acessível", disse a Gerente Geral.

A 14ª edição do Dia Livre de Impostos (DLI) é encabeçada pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL) e coordenada em Natal pela CDL Jovem. De acordo com informações fornecidas pelo órgão, em média o brasileiro trabalha mais de cinco meses do ano para pagar impostos, e só a partir de 2 de junho, passados 153 dias, a população pode fazer uso líquido do próprio **salário**. Além disso, entre 30 países com carga tributária elevada, o Brasil está na 14ª posição em arrecadação, mas em último lugar em retorno social.

SERVIÇO

O QUÊ: Dia Livre de Impostos no Praia Shopping

QUANDO: Quinta-feira, 04 de junho.

ONDE: Online no site compreonline.praiashopping.com.br

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Dólar perde patamar de R\$ 5 pela 1ª vez em mais de dois meses



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O dólar iniciou as negociações desta sexta-feira (5), em queda, e, ao longo da manhã, ampliou o recuo, chegando na mínima do dia, R\$ 4,9786. É a primeira vez em mais de dois meses que a cotação perde o patamar de R\$ 5 - batendo o menor valor para a moeda americana desde 26 de março, em uma queda de quase de 3%.

A Bolsa de Valores de São Paulo, a B3, segue o mesmo ritmo, e tenta se recuperar dos fortes tombos que levou nos últimos dois meses. Pela primeira vez desde 5 de março, o Ibovespa, principal índice do **mercado** de ações brasileiro, voltou aos 97 mil pontos e ensaia uma retomada dos 100 mil pontos, em uma alta de cerca de 3,5%.

O cenário local segue uma tendência que vem acontecendo nos mercados internacionais ao longo desta semana: uma visão mais otimista.

Por conta de possibilidades de afrouxamentos de medidas de isolamento social ao redor do mundo, que foram adotadas para conter a disseminação do novo coronavírus, causador da covid-19, e, por consequência, perspectiva de retomada de economias na Europa e na Ásia, o tom para os investidores tem sido positivo. Nesta manhã, por exemplo, os mercados internacionais têm alta generalizada em ambos os continentes.

Mas, mesmo com a queda expressiva durante essa semana, em que, na segunda-feira, por exemplo, a moeda americana estava cotada acima de R\$ 5,40, e, nesta sexta, gira em torno de R\$ 5,10, a valorização do dólar frente ao real no ano de 2020 ainda é alta, próxima de 25%.

No início de janeiro, o câmbio ficava em torno de R\$ 4. A máxima nominal histórica, quando não se desconta a inflação, para a moeda estrangeira é de R\$ 5,97, atingida em 14 de maio, ou seja, há menos de um mês, o que mostra como o processo de valorização do real - ou desvalorização do dólar - tem sido rápido nas últimas semanas. A mínima para o mês de junho chegou a bater em R\$ 5,01.

Nas casas de câmbio, de acordo com levantamento do Estadão/Broadcast, o dólar turismo é negociado perto de R\$ 5,30.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-

RN - ECONOMIA

Covid-19: Com adoção de Lockdown Itaú zera número de casos da doença



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A equipe do MOSSORÓ HOJE conversou na manhã desta sexta-feira (5) com o Prefeito do município de Itaú, na região do Alto Oeste do Estado, sobre os resultados alcançados com o decreto de lockdown na cidade.

Itaú foi a primeira cidade do Rio Grande do Norte a decretar o bloqueio total para combater o novo coronavírus. O decreto vigorou de 12 a 31 de maio, após 11 moradores terem sido diagnosticados com Covid-19.

O Prefeito Ciro Bezerra explicou que o resultado do lockdown foi muito positivo, tendo conseguido reduzir a circulação de veículos e pessoas em mais de 80% no período.

'Naquele momento foi necessário fazer o Lockdown para que pudéssemos fazer um bloqueio no caso 1. Isso permitiu que os cidadãos do nosso município se isolassem, diminuindo o contato com outras pessoas tanto da cidade como de cidades circunvizinhas', explicou.

Com o isolamento a cidade conseguiu zerar as infecções. Nesta sexta, de acordo com o boletim cedido pelo gestor, Itaú tem apenas 9 casos suspeitos e dos 14 pacientes que haviam sido confirmados com a doença, todos conseguiram se recuperar. A cidade também não registrou óbitos.

O prefeito explica que segue mantendo medidas de isolamento, mas que, desde o dia 1º de junho, vem permitindo a flexibilização gradual e a retomadas de alguns setores da **economia**.

'O decreto do lockdown encerrou dia 31 de maio e o novo decreto, que tem validade até o dia 15 de junho, flexibiliza várias atividades na cidade, ou seja, vários estabelecimentos que estavam proibidos no lockdown tem permissão para abrir a partir de agora', conta.

Ciro Bezerra disse que ainda há no município de Itaú uma fiscalização constante, principalmente agora com a flexibilização, para garantir que a população não 'abuse' e a cidade volte registrar casos da Covid-19.

'Nossa equipe de vigilância sanitária, equipe de segurança e os próprios fiscais de **tributos** e meio ambiente todos estão trabalhando e fazendo essa fiscalização para não permitir que pessoas abusam da flexibilização de andar, de ter contato com outras, bem como os comércios estão sendo fiscalizado por essas mesmas

equipes para cumprirem o que está posto no decreto 027, ou seja, tem que seguir as normas de Higiene, uso de máscara, álcool em gel tanto para os funcionários com para os clientes, distanciamento social', conclui.

No início desta semana, o Comitê Científico de Combate ao Coronavírus do Consórcio Nordeste voltou a sugerir a adoção de medidas mais duras de isolamento social para as cidade de Mossoró e Natal, devido ao altos número que as duas maiores cidades do estado vêm registrando, além de não terem atingido o pico de contaminação.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Pandemia: RN ainda não tem lei para desconto obrigatório em mensalidades de escolas privadas



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

Advogado especializado em Direito Educacional comenta impactos dos Projetos de Lei estaduais para reduzir em 30% a mensalidade enquanto dura a pandemia do novo coronavírus.

O Pará foi o primeiro estado brasileiro a sancionar lei (PL 74/2020) que torna obrigatório o desconto de pelo menos 30% da mensalidade no período de pandemia gerada pela Covid-19. O Ceará também aprovou lei semelhante. Rio de Janeiro, São Paulo bem como outros estados já formularam projetos similares, mas ainda não estão em vigor.

As assembleias legislativas mostram um empenho em ajudar os pais em um momento em que o desemprego cresce e há cortes de salários. No entanto, qual seriam as consequências para a saúde financeira das escolas e dos funcionários que trabalham nestas instituições?

Segundo o advogado especializado em direito educacional, Célio Müller, o desconto linear não é a melhor solução: 'A maioria das escolas brasileiras são empresas familiares e de pequeno porte que têm reduzida margem de lucro e, portanto, não teriam condições de se manter neste cenário'.

Além disso, Muller explica que existe uma fragilidade na lei estadual, já que o Supremo Tribunal Federal julgou há alguns anos que a competência pela regulamentação do contrato entre escola e família pertence à União Federal. No entanto, uma vez sancionada pelo governador do estado, a lei entra em vigor e a escola deve cumpri-la ou poderá sofrer penalidades. A alternativa dos colégios seria entrar na justiça para derrubar essa obrigatoriedade.

Cada caso é um caso

As escolas privadas brasileiras enfrentam um desafio comum, mas cada uma sofrerá consequências de acordo com o seu setor de atuação (Ensino Infantil, Ensino Fundamental ou Ensino Médio) e o seu público.

'Caso escolas de todo o Brasil sejam obrigadas a adotar descontos lineares, o efeito será

prejudicial para toda a sociedade. O fechamento de colégios particulares exigirá a absorção de milhares de alunos pelo ensino público, que não teria capacidade para gerir essa demanda.'

Por isso, havendo um interesse mútuo, Muller considera que a solução é a colaboração. 'É preciso exercitar a empatia e compreender as necessidades de cada parte. Assim, será possível chegar a uma solução adequada para cada família e para o funcionamento adequado da instituição'. Alguns pais podem estar agora com o **salário** reduzido ou desempregados; e os colégios se esforçam para pagar em dia seus funcionários e se adequar ao ensino remoto - o que geralmente inclui gastos extras em tecnologia e treinamento dos funcionários.

Outro fator importante, segundo o advogado, é se comunicar de forma transparente. Cumpra à escola prestar informações com frequência sobre os serviços, condições e prazos, e atender dúvidas dos pais. E cabe a estes, por sua vez, compreender que o momento é delicado para todos, e que é preciso ter paciência e trabalhar em conjunto para minimizar os danos na educação, nos empregos e na **economia**.

Por Célio Müller | Edição de Direito e Justiça:
Ivo Cirino de Moura

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Petrobras está vendendo a Termoelétrica Potiguar entre outros investimentos de geração de energia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Petrobras está saindo dos investimentos em empresas de energia elétrica, no Rio Grande do Norte tem a Termoelétrica Potiguar S.A.(TEP) está iniciando a etapa de divulgação da oportunidade (teaser), referente à venda de suas participações em cinco sociedades de geração de energia elétrica: Brasympe Energia S.A. ('Brasympe'), Energética Suape II S.A. ('Suape II'), Companhia Energética Manauara S.A. (CEM) e Brentech Energia S.A. ('Brentech').

As principais etapas subsequentes do processo de venda serão informadas oportunamente ao **mercado**.

A presente divulgação está de acordo com as

diretrizes para desinvestimentos da Petrobras e com o regime especial de desinvestimento de ativos pelas sociedades de **economia** mista federais, previsto no Decreto 9.188/2017. Essa operação está alinhada à estratégia de otimização do portfólio e melhoria de alocação do capital da companhia, visando à maximização de valor para os seus acionistas.

SOBRE AS EMPRESAS

A Petrobras detém 20% da Brasympe, que por sua vez possui 60% da Termocabo S.A., que é dona de uma usina termelétrica movida a óleo combustível situada em Pernambuco, com capacidade instalada de 49,7 MW.

A Petrobras detém 20% da Suape II, que é proprietária de uma usina termelétrica movida a óleo combustível localizada em Pernambuco, com capacidade instalada de 381,25 MW.

A Petrobras detém 20% da TEP, que é uma holding que possui participação de 60% na Companhia Energética Manauara S.A. (CEM) e de 70% na Areia Energia S.A. e Água Limpa Energia S.A., proprietárias de pequenas centrais hidrelétricas, localizadas em Tocantins, com capacidade instalada de 11,4 MW e 14 MW, respectivamente.

A Petrobras detém 40% da CEM, que possui uma usina termelétrica de bicomustível (óleo diesel e gás natural) localizada no Amazonas com 85,4 MW de capacidade instalada. A Petrobras detém 30% da Brentech, proprietária da Usina Termelétrica Goiânia II movida a diesel, localizada em Goiás, com capacidade instalada de 140,3 MW.

SAIBA MAIS

O teaser, que contém as principais informações sobre a oportunidade, bem como os critérios de elegibilidade para seleção de potenciais participantes, está disponível no site da P e t r o b r a s :
<https://www.investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/teasers>.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Vereadores aprovam projeto sobre repasses à Previdência em período de pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os vereadores da Câmara Municipal de Natal se reuniram nesta quinta-feira (4), em sessão ordinária virtual, e aprovaram, em regime de urgência, Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias e do pagamento dos refinanciamentos de dívidas do município com a Previdência Social de Natal. A sessão contou com a presença, em plenário, do procurador do município Fernando Benevides, que explicou detalhes do Projeto e tirou dúvidas dos vereadores.

Na prática, a matéria vem em complemento ao Projeto de Lei Federal de nº 173, que trata sobre questões financeiras e instabilidade

econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. 'O Governo Federal, além da contribuição financeira que está enviando aos estados e municípios que estão sofrendo com quedas nas receitas e arrecadações, abre a possibilidade para que prefeituras e governos, com a aprovação dos seus respectivos legislativos, possam suspender temporariamente (até dezembro de 2020, no caso de Natal) os pagamentos de suas dívidas e repasses previdenciários. O objetivo é aumentar o fluxo de caixa das gestões. Isso por que o auxílio financeiro enviado pelo próprio Governo Federal só terá duração de quatro meses', destacou o Fernando Benevides.

A redação final do PL teve três emendas encartadas. A primeira delas, do vereador Fúlvio Saulo (Solidariedade), obriga o município a informar no site oficial da gestão os valores mensais que deixaram de ser recolhidos à Previdência. O vereador Fernando Lucena (PT) também encartou duas emendas. Na primeira, a Prefeitura deve parcelar em até dez meses os débitos oriundos da suspensão, e na segunda, incluir um índice de reajuste ao valor que o Executivo deixará de pagar.

'Nós sabemos que hoje caiu em quase 40% a arrecadação do município, e se o Executivo pode fazer caixa para pagar em dia o **salário** dos servidores, eu acho que é benéfico. Nós estamos vivendo um momento muito difícil não só na área da saúde, como da **economia** também, e quando a **economia** não gira, não existe impostos. Então, consequentemente, a arrecadação cai. Dessa forma, foi um projeto aprovado em boa hora', explicou o vereador

Paulinho Freire (PDT).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Vereadores aprovam projeto sobre repasses à Previdência em período de pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os vereadores da Câmara Municipal de Natal se reuniram nesta quinta-feira (4), em sessão ordinária virtual, e aprovaram, em regime de urgência, Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias e do pagamento dos refinanciamentos de dívidas do município com a Previdência Social de Natal. A sessão contou com a presença, em plenário, do procurador do município Fernando Benevides, que explicou detalhes do Projeto e tirou dúvidas dos vereadores.

Na prática, a matéria vem em complemento ao Projeto de Lei Federal de nº 173, que trata sobre questões financeiras e instabilidade

econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. 'O Governo Federal, além da contribuição financeira que está enviando aos estados e municípios que estão sofrendo com quedas nas receitas e arrecadações, abre a possibilidade para que prefeituras e governos, com a aprovação dos seus respectivos legislativos, possam suspender temporariamente (até dezembro de 2020, no caso de Natal) os pagamentos de suas dívidas e repasses previdenciários. O objetivo é aumentar o fluxo de caixa das gestões. Isso por que o auxílio financeiro enviado pelo próprio Governo Federal só terá duração de quatro meses', destacou o Fernando Benevides.

A redação final do PL teve três emendas encartadas. A primeira delas, do vereador Fúlvio Saulo (Solidariedade), obriga o município a informar no site oficial da gestão os valores mensais que deixaram de ser recolhidos à Previdência. O vereador Fernando Lucena (PT) também encartou duas emendas. Na primeira, a Prefeitura deve parcelar em até dez meses os débitos oriundos da suspensão, e na segunda, incluir um índice de reajuste ao valor que o Executivo deixará de pagar.

'Nós sabemos que hoje caiu em quase 40% a arrecadação do município, e se o Executivo pode fazer caixa para pagar em dia o **salário** dos servidores, eu acho que é benéfico. Nós estamos vivendo um momento muito difícil não só na área da saúde, como da **economia** também, e quando a **economia** não gira, não existe impostos. Então, consequentemente, a arrecadação cai. Dessa forma, foi um projeto aprovado em boa hora', explicou o vereador

Paulinho Freire (PDT).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% em maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte tem reduzido gradativamente mês a mês depois da pandemia do novo coronavírus (covid-19). Em maio, o Estado recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%.

Os dados publicados na sétima edição do

Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET (www.set.rn.gov.br).

'Já estimávamos que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. As receitas de maio já contemplam o todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição. Daí a importância, desse monitoramento que fazemos com este boletim', avalia o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

De acordo com o boletim, o recolhimento de IPVA caiu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões, enquanto o ITCD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 16%. O volume recolhido desse imposto em maio foi de R\$ 374 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R\$ 443 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Atividades econômicas

Analisando por setor, o que mais puxou a arrecadação para baixo foi o da indústria de transformação, cuja arrecadação teve uma queda de 47,4% em comparação com maio de 2019. A indústria chegou a arrecadar R\$ 41 milhões no mês passado, mas, em compensação, no ano passado, esse total foi de R\$ 78 milhões. . Parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado (entrou somente no segundo semestre de 2019), e os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

O comércio varejista também registrou recuo. Com a maior parte dos estabelecimentos fechada, a arrecadação do segmento reduziu 31,4%, caindo de R\$ 87 milhões para R\$ 60 milhões. O recolhimento de imposto da energia elétrica registrou um crescimento de 37,5%, enquanto no de combustível, a queda de arrecadação foi de 16,9%.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de maio, fazendo comparações com semanas anteriores, e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Rio Grande do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção da covid-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Vereadores de Natal aprovam suspensão de repasses à Previdência durante pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os vereadores da Câmara Municipal de Natal se reuniram nessa quinta-feira (4), em sessão ordinária virtual, e aprovaram, em regime de urgência, Projeto de Lei do Executivo que dispõe sobre a suspensão do repasse das contribuições previdenciárias e do pagamento dos refinanciamentos de dívidas do município com a Previdência Social de Natal. A sessão contou com a presença, em plenário, do procurador do município Fernando Benevides, que explicou detalhes do Projeto e tirou dúvidas dos vereadores.

Na prática, a matéria vem em complemento ao Projeto de Lei Federal de nº 173, que trata sobre questões financeiras e instabilidade

econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus. 'O Governo Federal, além da contribuição financeira que está enviando aos estados e municípios que estão sofrendo com quedas nas receitas e arrecadações, abre a possibilidade para que prefeituras e governos, com a aprovação dos seus respectivos legislativos, possam suspender temporariamente (até dezembro de 2020, no caso de Natal) os pagamentos de suas dívidas e repasses previdenciários. O objetivo é aumentar o fluxo de caixa das gestões. Isso por que o auxílio financeiro enviado pelo próprio Governo Federal só terá duração de quatro meses', destacou Fernando Benevides.

A redação final do PL teve três emendas encartadas. A primeira delas, do vereador Fúlvio Saulo (Solidariedade), obriga o município a informar no site oficial da gestão os valores mensais que deixaram de ser recolhidos à Previdência. O vereador Fernando Lucena (PT) também encartou duas emendas. Na primeira, a Prefeitura deve parcelar em até dez meses os débitos oriundos da suspensão, e na segunda, incluir um índice de reajuste ao valor que o Executivo deixará de pagar.

'Nós sabemos que hoje caiu em quase 40% a arrecadação do município, e se o Executivo pode fazer caixa para pagar em dia o **salário** dos servidores, eu acho que é benéfico. Nós estamos vivendo um momento muito difícil não só na área da saúde, como da **economia** também, e quando a **economia** não gira, não existe impostos. Então, consequentemente, a arrecadação cai. Dessa forma, foi um projeto aprovado em boa hora', explicou o vereador

Paulinho Freire (PDT).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-
RN - ECONOMIA

Arrecadação de tributos no RN encolhe 18,3% em maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: rodrigomatoso

Foto: Beatriz Albuquerque/VEJA

A arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte tem reduzido gradativamente mês a mês depois da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em maio, o estado recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de

Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%.

Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

'Já estimávamos que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. As receitas de maio já contemplam o todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição. Daí a importância, desse monitoramento que fazemos com este boletim', avalia o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

De acordo com o boletim, o recolhimento de IPVA caiu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões, enquanto o ITCD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 16%. O volume recolhido desse imposto em maio foi de R\$ 374 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R\$ 443 milhões, impactando

diretamente na arrecadação global do RN.

Atividades econômicas

Analisando por setor, o que mais puxou a arrecadação para baixo foi o da indústria de transformação, cuja arrecadação teve uma queda de 47,4% em comparação com maio de 2019. A indústria chegou a arrecadar R\$ 41 milhões no mês passado, mas, em compensação, no ano passado, esse total foi de R\$ 78 milhões. . Parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado (entrou somente no segundo semestre de 2019), e os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

O comércio varejista também registrou recuo. Com a maior parte dos estabelecimentos fechada, a arrecadação do segmento reduziu 31,4%, caindo de R\$ 87 milhões para R\$ 60 milhões. O recolhimento de imposto da energia elétrica registrou um crescimento de 37,5%, enquanto no de combustível, a queda de arrecadação foi de 16,9%.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de maio, fazendo comparações com semanas anteriores, e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Rio Grande do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção do Covid-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Karla Motta, professora do IFRN: "Boa comunicação é fundamental"



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Araújo

O momento atual pode de ser de ruptura, de transformação social, econômica e política. O mundo não será mais o mesmo após a pandemia do novo coronavírus e tudo deverá mudar. A professora Karla Motta, para explicar essas e outras mudanças, faz uso de estudiosos e cita que 'Peter Drucker, um dos grandes estudiosos da administração no século XX, afirmava que de tempos em tempos há um fato novo que rompe e transforma completamente as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais, e esse fato pode ser demarcado como uma fronteira entre duas realidades distintas'.

Na entrevista a seguir, Karla Motta faz um breve histórico dos eventos que transformaram a humanidade, como o advento e popularização da internet, e como as pessoas se comportaram, de que maneira a **economia** reagiu às mudanças de comportamento social e como as empresas se reinventaram. Em todas as fases, sobreviveu quem bem se comunicou. Comunicar para o público-alvo da maneira correta é, também, uma forma de ganhar dinheiro, além da credibilidade da marca. Acompanhe a entrevista.

Como a senhora avalia o momento atual da humanidade e, do seu ponto de vista, quais serão os reflexos dessa pandemia para 'a nova ordem mundial'?

Em linhas gerais, a ordem mundial se refere às relações de poder político e econômico existentes entre os países. No meu ponto de vista, quanto aos aspectos políticos, ficou mais perceptível o poder do Estado sobre os cidadãos, a partir dos resultados dos diferentes posicionamentos adotados pelos líderes mundiais, no enfrentamento à pandemia da Covid-19. O direito de ir e vir tem sido relativizado pelas autoridades de saúde, diante da ameaça de contágio e das restrições infra estruturais para atendimento à população, não apenas em países em desenvolvimento, mas também nas grandes potências mundiais. Esse contexto afeta diretamente a **economia**, devido às restrições ao trabalho presencial, o que causa a redução dos volumes produzidos, interrupções operacionais, paradas e atrasos nas redes de transporte e cadeias de suprimentos, assim como o fortalecimento das tecnologias de informação e comunicação. Outro aspecto a considerar é a transformação nas relações de consumo, decorrente das

mudanças dos valores, das necessidades e do poder aquisitivo das pessoas, que requer novos formatos para as relações com os clientes. A boa comunicação é fundamental para neutralizar danos à reputação das empresas, organizações e governos perante a população. Se a resposta de uma organização a um surto for vista como ineficaz, ou se suas comunicações com as partes interessadas internas e externas forem vistas como incompletas ou enganosas, a imagem organização poderá ser mortalmente ferida. Estamos em um momento onde a resiliência, ou seja, a capacidade de compreendermos e nos adaptarmos à situação instalada na maior brevidade possível, com inovação e empreendedorismo, definirá o futuro de cada indivíduo, organização e país.

A pandemia do novo coronavírus é um dos eventos que mais tem modificado a humanidade na atualidade. A senhora pode citar outros momentos históricos que modificaram comportamentos sociais?

Peter Drucker, um dos grandes estudiosos da administração no século XX, afirmava que de tempos em tempos há um fato novo que rompe e transforma completamente as relações sociais, políticas, econômicas e ambientais, e esse fato pode ser demarcado como uma fronteira entre duas realidades distintas. A esse respeito, o economista e cientista político austríaco Joseph Schumpeter foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista e afirmou que existe um processo de 'destruição criativa', onde surge o novo e destrói o velho. Foi o que ocorreu com a energia hidráulica, os têxteis e o aço no século 18, com o vapor e as estradas de ferro no século 19, com a eletricidade e o motor à combustão interna no início do século 20, com os petroquímicos, eletrônicos e a aviação na

década de 1950, as redes digitais, softwares e novas mídias em torno de 1990. Observo que a internet foi um recente ponto de ruptura, que causou o fim de um mundo e o surgimento de outro, muito diferente do anterior. A maneira como nos relacionamos após a internet é fortemente distinta de tudo o que havia antes dela, e acredito que isso se intensificará como consequência das mudanças de relações causadas pela pandemia da Covid-19.

Em relação ao comércio mundial, o que deverá mudar a partir de agora? Corremos o risco de vivermos mais uma Guerra Fria (entre Estados Unidos e China)?

Diante das restrições de acesso internacionais decorrentes da pandemia, observa-se a tendência ao que está sendo chamado de 'desglobalização', pelo menos provisória. A desglobalização é o fenômeno de diminuição da interdependência e da integração entre países ao redor do mundo, caracterizado pelos períodos da história em que ocorre o declínio do comércio econômico e do investimento entre as nações. Segundo Hubertus Bardt, diretor de pesquisa do Instituto de **Economia** Alemã, 'se antes o mais importante era obter um insumo pelo custo mais baixo, agora, por questão de segurança, as empresas vão começar a olhar para produções em regiões mais próximas e vão querer diversificar o local de produção. Só que isso tem custos adicionais, que vão acabar dificultando e desacelerando a integração das cadeias globais de valor.' Quanto à Guerra Fria, pode-se dizer que foi um confronto político e econômico decorrente da competição entre países capitalistas e comunistas durante parte do século XX. Seus reflexos ainda podem ser percebidos na atualidade, na medida em que persiste na China uma desvalorização dos trabalhadores e da remuneração do trabalho, o que contribui para tornar os produtos chineses mais competitivos e promover sua penetração

mundial. No entanto, não creio que ocorra o estabelecimento de uma situação similar à vivenciada no século passado, devido às relações internacionais já estabelecidas e ao avanço e consolidação mundial da democracia.

O Brasil tem chance de sair beneficiado dessa possibilidade de conflito comercial e ampliar as exportações para a China ou ainda sobra inabilidade política do nosso lado para fecharmos mais negócios?

Atualmente, o Brasil exporta basicamente commodities para a China, como soja, carne de frango e bovina, açúcar bruto, celulose, café e farelo de soja, que são utilizados internamente. No entanto, os Estados Unidos assinaram em janeiro de 2020 um acordo para exportarem para a China também soja e carnes, que são mercados que cresceram para o Brasil em 2019, o que requer atenção pelos exportadores brasileiros, para que o crescimento se mantenha ou, no mínimo, não seja reduzido. A atual crise proporciona vários aprendizados, e um deles é a necessidade de diversificar as cadeias produtivas do países, sem depender de um único centro. Esta visão fortalece o conceito de vendas mais fragmentadas para quantidades maiores de clientes, como meio de manter ou elevar os volumes comercializados. Cabe ao Governo elaborar políticas alinhadas com a nova realidade imposta ao mundo, considerando fatores sociais, ambientais, tecnológicos e econômicos, atuando como indutor e facilitador do desenvolvimento sustentável no longo prazo .

O Rio Grande do Norte tem perdido volume significativo de passageiros no Aeroporto Internacional Gov. Aluizio Alves desde sua inauguração. A Inframerica, inclusive, quer devolver o terminal à União. A pandemia de coronavírus e o fechamento de fronteiras internacionais, além do isolamento social local,

tende a piorar a situação do terminal?

Atualmente há uma redução de fluxos aéreos da ordem de 90% em todo o país, além do fechamento de diversas fronteiras internacionais, o que, certamente, afetará não apenas o Aeroporto Internacional Gov. Aluizio Alves, mas todo o fluxo aéreo nacional e internacional. Trata-se também de um momento oportuno para o estabelecimento de estudos voltados à elaboração de planos logísticos para os novos cenários que se apresentam, de modo que a posição do principal aeroporto do RN ressurgirá transformada após a crise que vivenciamos, tanto para o fluxo de cargas quanto de passageiros. O turismo tem uma cadeia produtiva muito relevante para o Rio Grande do Norte, geradora de grande volume de empregos em todas as faixas de renda, requerendo um reposicionamento diante da crise decorrente da atual pandemia. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) realizou um estudo que indica que o Produto Interno Bruto (PIB) do setor de turismo nacional cairá para R\$ 165,5 bilhões em 2020, representando uma redução de 38,9% no faturamento em relação ao ano anterior, quando chegou a um valor total de R\$ 270,8 bilhões. Em particular, o **mercado** de viagens foi um dos mais afetados no turismo, devido às medidas de contenção da Covid-19. Dados do PewResearch Center relatam que 93% da população mundial reside em locais que adotaram algum tipo de restrição a viagens, e também que três bilhões de pessoas ao redor do mundo vivem em países que fecharam totalmente suas fronteiras para estrangeiros. O estudo da FGV recomendou ao governo a adoção de medidas urgentes, como auxílio para o setor aéreo, reequilíbrio dos contratos de concessão para aeroportos, centros de eventos e atrativos turísticos, oferta de crédito facilitado, diferimento de **tributos** e flexibilização dos contratos de trabalho para

micro e pequenas empresas.

O traslado de mercadorias no Brasil deve mudar a partir do momento atual? Quais reflexos a pandemia terá na logística em geral?

Observa-se que aumentaram as barreiras sanitárias entre cidades, Estados e países, o que deve se manter até os governos entenderem que os efeitos imediatos do coronavírus tenham sido mitigados e que a doença já esteja sob controle dentro de suas fronteiras. No entanto, muitas cadeias produtivas do planeta sofreram uma drástica ruptura, seguida da queda do poder de compra e princípios de graves recessões econômicas. Esse quadro aponta para o fortalecimento do consumo local, seja de bens ou de serviços, o que terá um impacto nos fluxos de pessoas e materiais e, conseqüentemente nos fluxos logísticos globais.

A senhora acredita que os produtos ficarão mais caros por causa do momento atual? Quais deverão sofrer os maiores reajustes e por quê?

Em geral, o **mercado** é regido pela lei da oferta e da procura, o que significa que os preços diminuem se a disponibilidade de um produto ou serviço é maior que o interesse dos clientes, ou aumentam se a procura é maior que a oferta. Ocorre que o comportamento da sociedade não é influenciado apenas pelos preços, mas por outros fatores, como os desejos e necessidades das pessoas, seu poder de compra, a existência de produtos complementares ou substitutos. Já se observa que produtos e serviços consumíveis nas residências e com entregas realizadas pelos fornecedores estão em alta, por facilitarem o cumprimento do isolamento social e o convívio com a pandemia. Além dessa, outras mudanças de hábitos dos consumidores são percebidas, como aumento no hábito de

cozinhar em casa e a preferência por marcas locais ou mais fortes. No sentido contrário, houve uma redução do consumo de produtos e serviços voltados ao uso em ambientes coletivos, o que tende a se reequilibrar à medida que a Covid-19 seja superada e as relações sociais sejam restabelecidas.

Quem

Karla Motta é Doutora em Engenharia de Produção na Área de Logística. Mestre em Engenharia Mecânica na Área de Gerência da Produção. Graduada em Logística e em Arquitetura e Urbanismo. Atualmente atua como Coordenadora de Planejamento e Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região. É professora efetiva dos cursos de logística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) e atua como pesquisadora da Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do RN (Funcern). É autora e organizadora de livros sobre logística. Fundou a Sociedade Brasileira de Logística.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

FGV mede impacto financeiro da covid no mercado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Um dos efeitos da pandemia de Covid-19 foi a queda abrupta da atividade econômica em praticamente todos os países. Essa desaceleração teve como consequência a desvalorização significativa em todas as bolsas mundiais. Um estudo coordenado pelo professor da Escola de **Economia** de São Paulo (FGV EESP) e consultor da FGV Projetos, Joelson Sampaio, identificou que apesar do impacto do novo coronavírus ser mais severo em alguns países do que em outros, o efeito econômico é generalizado, sem ser possível observar relação entre o impacto da pandemia na saúde pública e no **mercado** financeiro.

O estudo identificou que os mercados, de forma geral, se depreciaram após o dia 20 de

fevereiro. A análise é de que as bolsas mundiais não estão precificando efeitos imediatos e temporários da pandemia, mas sim as consequências de médio prazo esperadas devido à desaceleração global.

Em uma visão mais ampliada, a pesquisa identificou que apesar das perdas generalizadas em 2020, algumas bolsas do mundo ainda se encontram em níveis superiores aos observados no início de 2019. Países com EUA, China e Suíça tiveram, até 17 de abril, valorização superior a 10% quando se compara com 1º de janeiro de 2019.

Já a Bolsa brasileira foi severamente afetada pela Covid-19, com o pior desempenho entre todas analisadas. A análise setorial aponta que o setor imobiliário se desvalorizou em torno de 45,7%. Dentre os sete setores observados, os menos afetados foram os índices de energia elétrica (+22,08%) e de utilidade pública (+15,90%). De acordo com o estudo, isso se deve ao fato de que a demanda por itens básicos, como energia elétrica, água e saneamento tendem a não sofrer quedas significativas mesmo que haja redução do poder de compra associada a uma possível redução de renda dos brasileiros em decorrência da Covid-19. A pesquisa também revela que essa é uma sinalização de que o **mercado** não vislumbra uma recessão acentuada.

A pesquisa ainda avaliou o resultado das estatais brasileiras que atuam nos setores financeiro, de energia elétrica e de utilidade pública, além de empresas concessionárias de serviços público, além do impacto da Covid-19 nas finanças públicas. A análise aponta que as medidas adotadas pelas diversas esferas dos governos para mitigar os efeitos da crise irão

afetar bastante as contas públicas. As estimativas do tesouro é que elas representem mais de 23% do PIB. O déficit do setor público deve chegar a R\$ 549 bilhões.

O estudo indica que medidas precisam ser tomadas tanto pelo governo quanto pelas empresas para minimizar os impactos negativos da Covid-19. A avaliação dos economistas é que medidas microeconômicas, como diferimento tributário, desoneração da folha de pagamento, flexibilização das regras trabalhistas com contrapartida de manutenção do emprego e criação de crédito subsidiado para micro e pequenas empresas são políticas que pode ajudar tanto na fase mais aguda quanto no momento de recuperação.

Por outro lado, as empresas também vão precisar tomar medidas para sua manutenção no **mercado**. O estudo indica que é preciso se antecipar aos problemas e não aguardar chegar ao limite do seu caixa para buscar crédito, visto que esse processo costuma ser demorado e burocrático. Outra alternativa apontada é negociar com fornecedores e buscar ser transparente com todos os stakeholders. Por fim, o estudo aponta que a inovação pode ser uma fonte de amadurecimento e recuperação econômica e financeira.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Acordos x estratégias



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Luiz antônio felipe

Um estudo do Ipea analisa a experiência internacional com acordos comerciais, como objetivo de avaliar qual a melhor estratégia no caso brasileiro. A experiência internacional comprova que tarifas altas de importação não são pré-requisito para a negociação de bons acordos comerciais. Um levantamento de todos os acordos firmados no mundo inteiro entre 1995 e 2015 mostra que 57,3% foram fechados quando os países já possuíam tarifa baixa (abaixo de 5%). Os dados constam no estudo Liberalização das importações: unilateral ou por meio de acordos comerciais?

Referência

O trabalho traz estudo de caso de oito países de renda média, cuja experiência pode servir de referência para o caso brasileiro: China, Tailândia, Rússia, Hungria, Polônia, Romênia, México e Chile. De acordo com o pesquisador Fernando Ribeiro, um dos autores do estudo, a conclusão é de que 'o melhor caminho para o Brasil, em termos de política comercial, é investir paralelamente em duas frentes: na negociação de acordos comerciais e na redução unilateral de tarifas de importação e de outras barreiras à importação'.

Transferência

O crédito de R\$ 60,2 bilhões, da ajuda emergencial do governo, para compensar a queda de arrecadação de Estados e municípios, deverá ser repassado na próxima terça-feira, dia 9. É a primeira das quatro parcelas. Nem os governadores, nem os prefeitos poderão conceder aumentos salariais até dezembro de 2021.

Reformas

O ministro Paulo Guedes, da **Economia**, pede ao Congresso que discuta reformas durante a quarentena. Ele defende que as reformas voltem a ser discutidas logo depois da aprovação das medidas emergenciais. Para o vice presidente Hamilton Mourão as reformas podem voltar à pauta após eleições municipais. Nada impede que as reformas sejam discutidas e votadas.

Agilidade

Mais um passo para o PIX. As empresas se cadastraram para oferecer transferências

instantâneas digitais de dinheiro. As transações do PIX podem acelerar o "fim" do dinheiro em espécie. O novo sistema será uma revolução no setor financeiro e trará muitos benefícios aos clientes.

Um ganho por tabela

A desvalorização do real dá ganho fiscal de R\$ 598 bilhões para o Brasil. A valorização do dólar gerou uma reserva fiscal importante para o país, segundo analistas. O estoque de resultado positivo acumulado pelo Banco Central é elevado. Com ajuda do dólar alto, a retomada da **economia** pode surpreender, diz o economista-chefe do Bradesco, Fernando Honorato. Ele entende que a valorização do câmbio pode se traduzir em aumento de investimentos no País, mas alerta que a discussão sobre reformas precisa ser retomada. O Brasil se tornou barato aos olhos do estrangeiro.

Cenário

A China voltou com a produção industrial relativamente rápido, hoje entre 80% a 90%, com o comércio rodando de 50% a 60% do que era o pré-crise e o setor de serviços em 30% a 40%. Para os analistas, parece ser um padrão razoável de retomada na ausência de medicamento.

Emprego

O Ministério do Desenvolvimento Regional abre vagas para 249 profissionais temporários. O edital para a contratação de engenheiros, arquitetos e analistas administrativos já está disponível. As oportunidades são para aposentados do Regime Próprio de Previdência Social da União

Decolagem

As companhias aéreas brasileiras começam a ampliar o número de voos a partir deste mês, para 'engatar uma marcha' de retomada na alta estação de julho, se o coronavírus já estiver controlado. Um controle aí significa uma menor infecção diária. Mesmo assim, o uso de máscaras e outros procedimentos de higiene continuarão valendo. Também não teria mais serviço de bordo.

Certificação

Os condomínios têm novas regras para renovação do certificado digital durante a pandemia. A comprovação dos poderes de representação legal de condomínios será realizada mediante apresentação do último documento de eleição do síndico, independente da expiração ou não do respectivo mandato.

Melão

A Agrícola Famosa acaba de colher 600 hectares de sorgo, em uma fazenda em Quixeré, no Ceará. Agora, nas fazendas do Ceará e do RN, está começando a plantar a próxima safra de melão, com foco no **mercado** externo com um forte ingrediente, o dólar valorizado.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arrecadação encolhe 18,3% e RN perde R\$ 77 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o isolamento social, a arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte encolheu 18,3%, no mês de maio deste ano, em comparação ao mesmo período de 2019. Em valores, o Estado perdeu R\$ 77 milhões no mês passado. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda de 16% no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O volume recolhido desse imposto em maio deste ano foi de R\$ 374 milhões, ante R\$ 443 milhões, no referido mês do ano passado, impactando diretamente na

arrecadação global do RN.

Os dados estão na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN.

'O mês de maio foi o mais complicado na gestão fiscal e financeira do Estado por além dessa queda de arrecadação própria teve uma frustração de FPE de algo em torno de R\$ 100 milhões', afirma o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier. O secretário disse que a SET já estimava que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. 'As receitas de maio já contemplam o todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição. Daí a importância, desse monitoramento que fazemos com este boletim', avalia.

De acordo com o boletim, o recolhimento de IPVA caiu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões, enquanto o ITCD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de maio, fazendo comparações com semanas

anteriores, e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Rio Grande do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção do covid-19.

Atividades econômicas

Analisando por setor, o que mais puxou a arrecadação para baixo foi o da indústria de transformação, cuja arrecadação teve uma queda de 47,4% em comparação com maio de 2019. A indústria chegou a arrecadar R\$ 41 milhões no mês passado, mas, em compensação, no ano passado, esse total foi de R\$ 78 milhões. Parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado (entrou somente no segundo semestre de 2019), e os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

O comércio varejista também registrou recuo. Com a maior parte dos estabelecimentos fechada, a arrecadação do segmento reduziu 31,4%, caindo de R\$ 87 milhões para R\$ 60 milhões. O recolhimento de imposto da energia elétrica registrou um crescimento de 37,5%. O aumento de arrecadação no setor cresceu de R\$ 55 milhões em abril para R\$ 71 milhões em maio. Já no de combustível, a queda de arrecadação foi de 16,9%.

Cenário da **economia** na quarentena

Boletim divulgado pela Secretaria Estadual de Tributação

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Indústria deve deixar de vender mais de 1,3 milhão de veículos neste ano



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Ao longo deste mês, oito marcas vão retomar operações, completando a abertura de todas as montadoras do país.

Com parte das fábricas de volta às atividades, a indústria automobilística produziu em maio 43,1 mil veículos, volume 84,4% inferior ao de igual mês do ano passado e o pior resultado para o período em 35 anos. Em abril, com praticamente todas as linhas paradas em razão da crise do coronavírus, apenas 1,8 mil unidades foram produzidas.

No acumulado do ano foram fabricados 630,8 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus, 600 mil a menos em relação a igual intervalo de 2019. Ao longo deste mês, oito

marcas vão retomar operações, completando assim a reabertura de todas as montadoras, a maioria com operações parciais de um turno.

As concessionárias de várias capitais, incluindo São Paulo, também estão reabrindo as portas, mas o cenário para o setor ainda é 'dramático', segundo Luiz Carlos Moraes, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Com base nas projeções de retração da **economia** brasileira, que pode chegar a 7% segundo estimativas, a entidade projeta vendas de 1,67, milhão de veículos neste ano, queda de 40% em relação ao ano anterior - previsão que já tinha sido feita por executivos do setor.

Em janeiro, a expectativa da Anfavea era de crescimento de 9,4% nas vendas deste ano, para 3 milhões de unidades. 'Vamos vender quase 1,4 milhão de veículos a menos do que planejamos e voltaremos ao ano de 2004', afirma Moraes. Para produção e exportações ainda não foi possível fazer estimativas.

De janeiro a maio foram vendidos 676 mil veículos, volume 37,7% inferior ao do mesmo período do ano passado. Fábricas e vendas ainda têm 200 mil carros em estoque, suficientes para três meses de vendas.

Moraes informa que a indústria busca canais para tentar melhorar as vendas, como ir atrás de 300 mil consorciados que já foram contemplados mas não retiraram os bens e formas mais atrativas de financiamento, como o leasing.

Com a ociosidade das fábricas, que têm capacidade instalada para produzir cerca de 5

milhões de veículos ao ano, Moraes não descarta demissões. Hoje a maioria das montadoras têm acordos de manutenção de vagas com base na MP 936 (que estabelece redução de jornada e salários) até julho e, em alguns casos, até dezembro. A partir daí, segundo o executivo, vai depender da demanda do **mercado**.

As montadoras de veículos e máquinas agrícolas empregam atualmente 125,1 mil trabalhadores, 600 a menos que em março, quando começou a pandemia. Em um ano, porém, ocorreram 4,9 mil demissões.

Tensão adicional

Outro dado que afeta a capacidade produtiva é o das exportações. Foram enviados para fora do País apenas 3,9 mil veículos, o menor volume para meses de maio em mais de quatro décadas.

No ano foram exportadas 100,1 mil unidades, queda de 44,9% ante 2019. O setor já previa redução nas vendas externas antes da pandemia do coronavírus, mas não nessa magnitude. Para complicar, a Argentina, principal **mercado** brasileiro e que passa por crise econômica desde o ano passado, voltou a dificultar a entrada de produtos no País em razão da falta de reservas cambiais.

Segundo fontes do setor, há pelo menos 10 mil carros parados nos portos do país, a maioria exportada por fabricantes brasileiras. Moraes afirma que empresas e governos dos dois países estão tentando resolver essa 'tensão adicional'.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

EM CRISE, GOVERNO FÁTIMA BEZERRA RECOLHEU R\$ 77 MILHÕES A MENOS QUE NO MESMO MÊS DO ANO PASSADO



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Robson Freitas

A arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte tem reduzido gradativamente mês a mês

depois da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em maio, o estado recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%.

Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

'Já estimávamos que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. As receitas de maio já contemplam o todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição. Daí a importância, desse monitoramento que fazemos com este boletim', avalia o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

De acordo com o boletim, o recolhimento de IPVA caiu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões, enquanto o ITCD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 16%. O volume recolhido desse imposto em maio foi de R\$ 374 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R\$ 443 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Atividades econômicas:

Analisando por setor, o que mais puxou a arrecadação para baixo foi o da indústria de transformação, cuja arrecadação teve uma queda de 47,4% em comparação com maio de 2019. A indústria chegou a arrecadar R\$ 41 milhões no mês passado, mas, em compensação, no ano passado, esse total foi de R\$ 78 milhões. . Parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado (entrou somente no segundo semestre de 2019), e os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

O comércio varejista também registrou recuo. Com a maior parte dos estabelecimentos fechada, a arrecadação do segmento reduziu 31,4%, caindo de R\$ 87 milhões para R\$ 60 milhões. O recolhimento de imposto da energia elétrica registrou um crescimento de 37,5%, enquanto no de combustível, a queda de arrecadação foi de 16,9%.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de

maio, fazendo comparações com semanas anteriores, e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Rio Grande do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção do Covid-19.

Fonte: Blog do BG

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Efeito isolamento: Arrecadação encolhe 18,3% e RN perde R\$ 77 milhões



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Com o isolamento social, a arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte encolheu 18,3%, no mês de maio deste ano, em comparação ao mesmo período de 2019. Em valores, o Estado perdeu R\$ 77 milhões no mês passado. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda de 16% no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). O volume recolhido desse imposto em maio deste ano foi de R\$ 374 milhões, ante R\$ 443 milhões, no referido mês

do ano passado, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Os dados estão na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN.

'O mês de maio foi o mais complicado na gestão fiscal e financeira do Estado por além dessa queda de arrecadação própria teve uma frustração de FPE de algo em torno de R\$ 100 milhões', afirma o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier. O secretário disse que a SET já estimava que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. 'As receitas de maio já contemplam o todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição. Daí a importância, desse monitoramento que fazemos com este boletim', avalia.

De acordo com o boletim, o recolhimento de IPVA caiu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões, enquanto o ITCD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de maio, fazendo comparações com semanas anteriores, e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Rio Grande do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção do covid-19.

Atividades econômicas

Analisando por setor, o que mais puxou a arrecadação para baixo foi o da indústria de transformação, cuja arrecadação teve uma queda de 47,4% em comparação com maio de 2019. A indústria chegou a arrecadar R\$ 41 milhões no mês passado, mas, em compensação, no ano passado, esse total foi de R\$ 78 milhões. Parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado (entrou somente no segundo semestre de 2019), e os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

O comércio varejista também registrou recuo. Com a maior parte dos estabelecimentos fechada, a arrecadação do segmento reduziu 31,4%, caindo de R\$ 87 milhões para R\$ 60 milhões. O recolhimento de imposto da energia elétrica registrou um crescimento de 37,5%. O aumento de arrecadação no setor cresceu de R\$ 55 milhões em abril para R\$ 71 milhões em maio. Já no de combustível, a queda de arrecadação foi de 16,9%.

TN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Em crise, Governo Fátima recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte tem reduzido gradativamente mês a mês depois da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em maio, o Governo Fátima Bezerra recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%.

O comércio fechado e a diminuição de pessoas

circulando e consumindo serviços ajudam ainda mais a diminuir a arrecadação no Estado. O Rio Grande do Norte vive a crise da panemia e também da **economia**. Os dados publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgada na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Vendas de carros em 'maio'



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Circulando

Tiveram alta de 11,97% em relação a abril. No acumulado do ano, houve queda de 35,64%, em relação a igual período de 2019. As vendas de veículos no mês de maio e no acumulado de 2020 (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motos) apresentaram crescimento de 11,97%, em relação a abril deste ano, totalizando 100.427 unidades, contra 89.687 em abril. Comparadas com maio de 2019, 358.438 unidades, houve retração de 71,98%. De janeiro a maio, a queda foi de 35,64% (1.031.324 unidades), contra 1.602.524 em 2019.

Segmentos em destaque

1 . Automóveis e Comerciais Leves: somados, cresceram 10,29%, em maio, comparados com abril, somando 56.639 unidades contra 51.355 em abril de 2020. Comparados com maio de 2019, 234.147, queda: 75,81%. No acumulado, retração 38,14%, 640.525 unidades, contra 1.035.427 em 2019. Além da reabertura das Concessionárias, espera-se que o sistema financeiro colabore com o crédito para as empresas e consumidores. "Assim que ocorrer o retorno gradual do **mercado**, com crédito e renda retornando aos patamares habituais, esperamos que as concessionárias voltem a níveis sustentáveis de vendas e os empresários possam ter clareza para definir o rumo dos seus negócios. Estamos bastante confiantes que dias melhores virão", diz a Fenabrave.

2 . Caminhões: o segmento dá sinais de recuperação gradativa, 21,13% de crescimento em maio, sobre abril deste ano, totalizando 4.736 unidades., contra 3.910 unidades em abril. No entanto, na comparação com maio de 2019, 9.197 unidades, maio de 2020 ficou 48,5% atrás. No acumulado do ano a queda foi de 26,09%, passando de 39.061 unidades (2019) para 28.870 em 2020. "Tivemos crescimento, embora ainda lento, mas consistente, das vendas de Caminhões, principalmente, os Pesados e Extra Pesados, em virtude da safra de grãos e do agronegócio, que representam quase 50% das exportações brasileiras", declara Sérgio Dante Zonta, Vice-Presidente de Caminhões, Ônibus e Implementos Rodoviários da FENABRAVE. Em sua avaliação, como os caminhões estão sendo muito demandados, também, pelo transporte de

itens essenciais ao País, durante a pandemia, houve aumento de procura por esse tipo de veículo. "Também as taxas de **juros** e prazos, para financiar caminhões, estão voltando à normalidade e se tornando mais atraentes", considerou Zonta.

3 . Motocicletas: as vendas de motocicletas no **mercado** interno tiveram aumento de 3,42% em maio de 2020, sobre abril, passando de 28.555 unidades, para 29.220 unidades emplacadas. "O crescimento pode ser atribuído ao aumento de demanda por parte dos profissionais e empresas de delivery (entrega) e pelo fato de algumas pessoas terem deixado de usar o transporte coletivo para aderir ao de duas rodas, contribuindo para o isolamento social", defendeu Carlo Porto, Vice-Presidente de Motocicletas da FENABRAVE, para quem o aumento poderia ter sido até maior, considerando os baixos estoques das Concessionárias, em relação a modelos de baixa cilindrada (até 250cc).

Acumulado de 2020

4 . Tratores e Máquinas Agrícolas: com dados apenas de abril (dados de maio ainda não foram fechados, pois esses veículos não são emplacados), o segmento de tratores e máquinas agrícolas não sofreu forte queda, sustentado pela precificação do câmbio nas lavouras de soja, milho e proteína animal, contabilizando retração de 15,3% no quadrimestre de 2020, contra igual período de 2019.

No total, foram vendidas 10.939 máquinas agrícolas, no primeiro quadrimestre de 2020, contra 12.980 unidades, no mesmo período do ano passado. "Ainda estamos com falta de

recursos por parte do Governo, mas a demanda tem sido crescente no setor", comemora Marcelo Nogueira Ferreira, Vice-Presidente de Tratores, Colheitadeiras e Máquinas Agrícolas da FENABRAVE.

Projeções serão revisadas no fechamento do semestre. Em função das incertezas que cercam a **economia** e o desempenho do Setor da Distribuição de Veículos, que ainda sofre os efeitos do isolamento social e fechamento em algumas regiões, a Fenabrave não revisará as projeções para 2020, até o fechamento do 1o- semestre. "Ainda é prematuro, pois não sabemos quando as atividades retornarão em todos os Estados e municípios, tampouco, como reagirá a **economia** e a oferta de crédito para consumo.

O que sabemos é que o ritmo será mais lento no início e não temos como prever os reais impactos, nesse momento. Assim como o PIB, devemos ter um resultado inferior ao de 2019, mas só teremos como projetar isso após a retomada plena de todas as Concessionárias", informou Alarico, para quem a falta de liquidez das Concessionárias segue sendo um problema grave para o Setor. "Sem crédito, não temos como preservar empresas e empregos e isso é algo preocupante. Da mesma forma, é preciso garantir crédito e taxas de **juros** atraentes para o consumidor voltar à ativa", alertou o executivo.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

A análise econômica do direito



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Durante a primeira metade e boa parte da segunda metade do século passado, o princípio da separação dos poderes denotava a ideia de que todas as soluções aos conflitos de interesses (litígios) estavam previstas explicitamente na legislação. Nesse período, teve predominância a escola positivista do direito, cujo seu grande expoente foi Hans Kelsen, ao defender que a atuação do Poder Judiciário limitava-se a declarar a solução da lei, isto é, a declarar a solução que previamente fora concebida e criada pelo Poder Legislativo (Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1994). Não havia margem para uma atividade interpretativa ampliada ou criativa do direito pelo Poder Judiciário.

Diante da constatação de que o Estado de Direito não fora capaz de impedir grandes tragédias humanas (estado de legalidade na Alemanha de Hitler) e em razão das demandas sociais após a 2ª Guerra Mundial, operou-se, a partir da Europa Ocidental, o surgimento e desenvolvimento da teoria dos direitos fundamentais ligados a: (1) direitos civis e políticos (primeira geração); (2) econômicos, sociais, culturais (segunda geração); (3) coletivos relacionados ao meio ambiente equilibrado, desenvolvimento sustentável, autodeterminação dos povos (terceira geração); e (4) resultantes da democracia, informação e pluralismo (quarta geração). Inicia-se o Estado de Justiça, com a reintrodução dos valores e da justiça no direito, em que as soluções aos conflitos de interesses não estão necessariamente indicadas expressamente na legislação, passando a reconhecer o papel criativo do Poder Judiciário.

Neste contexto, em 1953, surge a escola da Tópica do Direito de Theodor Viehweg, em que enxerga uma nova posição do jurista, a quem não cabe mais entender o direito como se fosse um autômato, mas sim como algo que constrói de maneira responsável a partir da discussão de problemas; isto é, a tópica é uma técnica de interpretação do direito cuja finalidade é indicar meios de como agir diante de problemas, buscando sempre encontrar uma solução justa para qualquer caso (Tópica e Jurisprudência. Brasília: UNB, 1998). A partir desta teoria, afasta-se da noção de segurança jurídica, eis que algumas soluções aos conflitos passam a ser 'construídas' por uma interpretação criativa

do Poder Judiciário.

No Brasil, tais fenômenos tornaram-se perceptíveis após o advento da Constituição Federal de 1988, cujo texto é rico em princípios e valores tanto liberais e sociais (por exemplo, dignidade da pessoa humana, livre iniciativa, valores sociais do trabalho, erradicação da pobreza, propriedade privada, função social da propriedade privada, meio ambiente equilibrado, concorrência leal, patrimônio histórico-cultural, proteção do consumidor etc).

Diante da previsão na lei de normas com conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais, há a constatação de que o Poder Legislativo passou a conferir ao Poder Judiciário o papel de atuação de um intérprete que não se limita a declarar a lei, mas de interpretá-la extensiva ou criativamente na busca de, dentre as possíveis, optar pela solução que seja a mais justa.

Neste atual cenário, a teoria econômica do direito ou consequencialista, que surgiu na escola 'Law and Economics' em Chicago entre 1960/1970, passa a ganhar importância no direito brasileiro e no Poder Judiciário, fazendo com que o juiz reflita sobre as consequências sócio-econômicas de suas decisões, segundo forte influência de Richard Posner (Fronteiras da Teoria do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2019). Não é que o juiz julgue à margem da lei, mas dentro de uma abertura que a própria lei lhe confere, considerando os efeitos sociais e econômicos da decisão.

A análise econômica do direito visa maximizar riquezas, alocando os recursos de forma mais eficiente possível, e procura prever o impacto do direito na **economia**. Assim, dentro da

margem conferida pelo legislador, o juiz deve, dentre as soluções hipotéticas, avaliar não apenas a aplicação das normas jurídicas, notadamente a Constituição Federal, mas também as consequências econômicas que a decisão gera nos campos econômicos e sociais.

A teoria consequencialista foi introduzida em 2015 na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, ao prescrever que 'Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão' (art. 20). Em momentos de grave crise econômica, como a que o Brasil está a atravessar em razão da pandemia da covid-19, se avulta mais ainda a importância da teoria consequencialista que deve nortear as decisões do Poder Judiciário. Confirmam-se algumas decisões: (1) redução de **juros** remuneratórios em contrato de financiamento (TJSP); (2) substituição de penhora sobre dinheiro por imóvel em execução fiscal (TRF-4ª R.); (3) liberação de parte da garantia prestada em contrato de financiamento (TJDF); (4) suspensão por 6 meses de pagamentos de financiamento bancário (STF); (5) diminuição de aluguel em 50% (TJDF); (6) substituição de hipoteca sobre imóvel por garantia fidejussória (TJRN); (7) proibição de corte de fornecimento de energia elétrica (TJDF); (8) proibição de os bancos aumentarem a exigência para a concessão de crédito (TJDF); (9) concessão de parcelamento de dívida societária em razão da pandemia (TJSP); (10) redução de obrigações alimentares (TJSP). Destaque-se que o Poder Judiciário, sob a influência da escola econômica do direito, tem proferido várias decisões voltadas à produção das

consequências mais benéficas do ponto de vista econômico-social, em harmonia com os postulados do desenvolvimento sustentável, da preservação da empresa, da dignidade da pessoa humana, e da função social dos contratos.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

RN arrecada 18,3% a menos no mês de maio em comparação a 2019



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Unknown

O Rio Grande do Norte registrou uma queda de 18,3% na arrecadação de **tributos** no último mês de maio em comparação ao mesmo período do ano passado: foram R\$ 77 milhões a menos. Os dados constam no Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgado na sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET).

De acordo com a pasta, esse nível de perda já é reflexo do período de distanciamento social e restrição da circulação de pessoas em todo o estado por conta da pandemia do novo coronavírus. Em abril, essa redução havia sido

de 15%.

"Já estimávamos que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. As receitas de maio já contemplam todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição", explicou o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

A queda no último mês de maio foi puxada principalmente pela redução no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%. Em maio deste ano, foram recolhidos R\$ 374 milhões de ICMS. No ano passado, esse valor foi de R\$ 443 milhões.

Outra queda sentida foi no recolhimento de IPVA, que reduziu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões. Já o ITCMD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão.

O boletim reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais no RN. De acordo com o SET, o objetivo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar.

Atividades econômicas

De acordo com a Secretaria de Tributação, o

setor que mais contribuiu para a queda foi o da indústria de transformação, em que a arrecadação caiu 47,4% em comparação com 2019. Em números, a arrecadação foi de R\$ 41 milhões no último mês de maio contra R\$ 78 milhões no ano passado.

Segundo a SET, parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado. A pasta explicou que os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

Outro setor que apresentou recuo foi o comércio varejista, por ter a maior parte dos estabelecimentos fechados. A queda foi de 31,4%: saiu de R\$ 87 milhões em 2019 para R\$ 60 milhões neste ano. Caiu também o recolhimento dos impostos de combustível: 16,9% em relação a 2019. Por outro lado, o RN recolheu 37,5% mais impostos de energia elétrica.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de maio e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção do Covid-19.

G1/RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% no mês de maio



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Rafael Nicácio

A arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte tem reduzido gradativamente mês a mês depois da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em maio, o estado recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%. No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do ICMS, que caiu 16%.

Os dados foram publicados na sétima edição do Boletim Semanal da Atividade Econômica, divulgado pela Secretaria Estadual de

Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado. 'Objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar'.

'Já estimávamos que a queda na arrecadação seria maior que a de abril, cuja arrecadação ainda sofreu influência de março. As receitas de maio já contemplam o todo o período de distanciamento social em que a maioria dos estabelecimentos permaneceu fechada, reduzindo assim a atividade econômica. E a tendência nos próximos meses será de diminuição. Daí a importância, desse monitoramento que fazemos com este boletim', avalia o secretário estadual de Tributação, Carlos Eduardo Xavier.

De acordo com o boletim, o recolhimento de IPVA caiu de R\$ 53,4 milhões para R\$ 46,1 milhões, enquanto o ITCD registrou uma alta, passando de R\$ 1,2 milhão para R\$ 1,6 milhão. Mas a principal influência na arrecadação foi o ICMS, que encolheu 16%. O volume recolhido desse imposto em maio foi de R\$ 374 milhões, porém, no referido mês do ano passado, o montante foi de R\$ 443 milhões, impactando diretamente na arrecadação global do RN.

Atividades econômicas

Analisando por setor, o que mais puxou a arrecadação para baixo foi o da indústria de transformação, cuja arrecadação teve uma queda de 47,4% em comparação com maio de 2019. A indústria chegou a arrecadar R\$ 41 milhões no mês passado, mas, em compensação, no ano passado, esse total foi de

R\$ 78 milhões. . Parte dessa baixa está relacionada ao Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do RN (Proedi), que ainda não estava em vigor em maio do ano passado (entrou somente no segundo semestre de 2019), e os incentivos do programa já integraram o cálculo da arrecadação de maio deste ano.

O comércio varejista também registrou recuo. Com a maior parte dos estabelecimentos fechada, a arrecadação do segmento reduziu 31,4%, caindo de R\$ 87 milhões para R\$ 60 milhões. O recolhimento de imposto da energia elétrica registrou um crescimento de 37,5%, enquanto no de combustível, a queda de arrecadação foi de 16,9%.

A publicação também mediu os níveis de atividades econômicas na última semana de maio, fazendo comparações com semanas anteriores, e constatou que a perda média de faturamento para todos os segmentos econômicos do Rio Grande do Norte é de 23,3% (linha média no gráfico) no período após as restrições comerciais para contenção do Covid-19.

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% em maio

MARCOS DANTAS INÍCIO PERFIL ENTREVISTA VOTOS COMISSÃO

Somente o Seridó tem vaga de UTI, ocupação de leitos é de 100% na região Oeste, em Pau dos Ferros, Natal e Grande Natal

Arrecadação do Rio Grande do Norte encolhe 18,3% em maio

A arrecadação de tributos no Rio Grande do Norte teve redução gradativa mês a mês depois da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em maio, o estado recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%.

No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%.

Os dados publicados resultam da publicação do Boletim Semanal de Atividade Econômica, divulgado na tarde desta sexta-feira (5) pela Secretaria Estadual de Tributação (SET-RN). A publicação reúne informações sobre os principais indicadores das operações comerciais realizadas no estado.

O objetivo do informativo é acompanhar semanalmente os impactos das medidas de combate à pandemia da Covid-19 na **economia** potiguar. O boletim traz O material está disponível para download no site da SET-RN (www.set.rn.gov.br).

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - ECONOMIA

[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A arrecadação de **tributos** no Rio Grande do Norte tem reduzido gradativamente mês a mês depois da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Em maio, o estado recolheu R\$ 77 milhões a menos que no mesmo mês do ano passado, uma queda de aproximadamente 18,3%.

No mês anterior, essa redução havia sido de 15%, indicando a tendência de diminuição do volume mensal arrecadado. A baixa foi puxada pela queda no recolhimento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), que caiu 16%.

Pandemia deverá ampliar inadimplência no RN, diz pesquisa



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Ricardo Araújo

O mundo já não é mais o mesmo e os comportamentos mudaram desde que o novo coronavírus se espalhou por todos os continentes e vitimou mais de 400 mil pessoas ao redor do planeta até a semana passada. No Rio Grande do Norte, para medir a dimensão da modificações nos hábitos de consumo impostas pelo 'novo normal', a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio RN) realizou uma pesquisa que aponta redução na intenção de compras e o aumento no endividamento entre as famílias que ganham até três salários mínimos. Cerca de 79% dos potiguares que responderam ao questionário informaram que deverão sair da pandemia com

um nível de dívidas acumulado igual ou superior ao pré-isolamento social. Os dados foram obtidos com exclusividade pela TRIBUNA DO NORTE.

Confiança do empresário do comércio recua no país, aponta CNC

Na pesquisa, a Fecomércio RN através do Departamento de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DEES) aponta que procurou 'entender as expectativas dos norte-riograndenses quanto ao tempo que o isolamento vai durar, os hábitos de consumo ao final das medidas de restrições, e como as pessoas estão imaginando se comportar após a pandemia do novo coronavírus'. Os pesquisadores ouviram, por telefone, mil pessoas entre 8 e 14 de maio. O erro amostra máximo atingido é de 3% com intervalo de confiança de 95%.

Para a maioria dos entrevistados, 53,4%, o isolamento social deverá terminar até o mês de julho. Para 26,6%, os decretos que impõem as regras de distanciamento social deverão vigorar até o mês de agosto e/ou setembro, período no qual a pior fase da pandemia deverá ter findado. Aproximadamente 10% acreditam que o período de restrição de circulação de pessoas e fechamento de empreendimentos não essenciais perdurará até os meses de outubro e/ou novembro.

A pesquisa aponta que os setores que permaneceram a maior parte do período do isolamento fechados, como barbearias e salões de beleza, serão os mais procurados ao final da pandemia. Em até 40 dias após o término do isolamento social, 55,5% dos consumidores deverão procurar salões de beleza e/ou

barbearias no Estado. A compra e venda de imóveis deverá ser requisitada por 52,1%. A visita a uma concessionária de veículos por 51,4%; as lojas de eletrônicos e eletrodomésticos por 50,8%; as lojas de rua e shoppings centers por 45,7%; as academias de ginástica por 39,2% e os cultos religiosos por 37,8%. Esse ponto do estudo mostra que a retomada do consumo se dará por bens/produtos com baixo valor agregado.

Há, porém, quem aproveitou as promoções da quarentena para adquirir bens mais caros que já estavam programados há um tempo. É o caso de Felipe Jesus, que atua como gerente numa empresa multinacional. 'No primeiro mês não comprei devido à diminuição do **salário, mercado** muito incerto. Lojas fechadas, diminuindo acesso às vitrines. Mas logo veio o desejo de consumir algo. Na pandemia, comprei televisão, tênis, celular, perfume, cortina, louças e roupas. Mas tudo isso com descontos obtidos em lives de artistas e em sites nos quais eu já era cadastrado. Na plataforma virtual eu aproveitei muitas promoções', relata.

Atividades de lazer

O ano de 2020 será referencial histórico em decorrência da maior crise sanitária do Século XXI. Desde março, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu a Covid-19 como uma pandemia, as medidas de isolamento social para frear o avanço da infecção pelo mundo fez teatros, espaços de lazer, praças, espaços públicos e festivais musicais diversos serem fechados e cancelados, respectivamente.

No Rio Grande do Norte, conforme a pesquisa Expectativa dos Consumidores Pós-Pandemia Do Covid-19, da Fecomércio/RN, 'as atividades como cinemas/teatros museus (47,2%), feiras

de negócios/congressos (44,7%) e shows musicais etc. (41,9%) serão os setores que os consumidores irão demorar um pouco mais para frequentar, na sua maior parte, a médio prazo, entre 41 e 150 dias após o fim da pandemia. Outras atividades da **economia** começarão a ter uma retomada a longo prazo (acima de 150 dias), após o fim das medidas restritivas, é o caso dos segmentos ligados ao turismo que engloba, principalmente, a hoteleira, agências de viagens e transportes, entretenimento e atrativos dos mais variados (37,2%)'.

Endividamento tende a aumentar entre mais pobres

Outro resultado apurado pela pesquisa foi sobre nível de endividamento dos potiguares. A redução parcial ou total da renda ocasionada pela pandemia do novo coronavírus vai refletir nas contas das famílias e deve causar desequilíbrio após o fim da pandemia.

Cerca de 79% dos entrevistados revelaram que ao final do isolamento social o nível de endividamento será maior ou igual ao adquirido durante a pandemia, somente 20,9% afirmaram que após o fim das medidas restritivas as contas terão reduzido.

Os casos de aumento do nível de endividamento envolvem todas as classes sociais, mas os mais pobres serão os mais afetados. Entre os que possuem rendimentos familiares mensal de até três salários, 81,9% responderam que as dívidas irão aumentar ou manter o mesmo nível da pandemia. Já no universo de renda acima de 10 salários, essa situação foi afirmada por 75,5%.

Além disso, observou-se que ao final da pandemia os mais endividados serão as mulheres (80,4%), população com até nível

médio de ensino (85%) e os moradores de Natal e Região Metropolitana (80,7%).

Volume de consumo

O estudo avaliou como os consumidores pretendem se comportar após o fim do isolamento social, em relação ao volume de compras. Para todos os setores testados, a maior parte pretende manter no pós-covid o nível de consumo seguido durante o isolamento, revelando que as pessoas não estão preparadas para retomar o mesmo nível de compras anterior à pandemia do novo coronavírus.

Créditos: Fernando Frazão/ABR Serviços de entregas tendem a aumentar após o isolamento

Mas alguns segmentos terão um volume de consumo ampliado após o fim das medidas restritivas, são eles: setores de vestuário e calçados (32,1%), bares e restaurantes (27,7%), cosméticos (25,7%), produtos de limpeza (25,2%), produtos de higiene pessoal (22%) e eletrônicos/eletrodomésticos (19,7%).

Adoção de novos hábitos deve ficar

Outra questão sobre o futuro após a pandemia investigada pela Fecomércio RN foi a mudança em alguns hábitos das pessoas. O novo coronavírus impôs novas medidas que mudaram a forma das pessoas conviver, se comportar, comprar produtos e muito mais. Desse modo, foram apresentados aos entrevistados 10 hábitos comuns atualmente, e eles foram questionados se acham que eles vão durar ou acabarão junto com a pandemia.

O destaque fica por conta dos hábitos de higiene. Para 91,8% dos respondentes, serão mantidos os cuidados com a higiene após a pandemia. Cerca de 7,9% acham que as

pessoas vão deixar de se preocupar tanto quando tudo passar. Além disso, 85,2% dos entrevistados disseram ainda que as pessoas vão continuar com o hábito de comprar de pequenos produtores e produtores locais. Outro hábito que se destacou e, na percepção de 76,2% dos potiguares, deve continuar, é o de fazer compras online/via delivery.

O costume de usar máscaras vai permanecer, pelo menos por um período após a pandemia, para 58,8% dos entrevistados, assim como hábito de curtir lives e shows pelas redes sociais (54%).

Enquanto isso, algumas das práticas adotadas atualmente não devem continuar populares após a pandemia, na visão dos potiguares. Fazer a própria faxina e dispensar a diarista não deve durar, após a pandemia, para 65% dos entrevistados. A maioria dos respondentes da pesquisa (58,1%) também acham que o trabalho remoto não será uma prioridade das empresas, bem como fazer reuniões por vídeo (55,9%). A prática de atividades físicas em casa também não devem continuar sendo um hábito comum após o fim da pandemia, na opinião de 52,7% das pessoas.

Veja o resultado da pesquisa da Fecomércio RN

Quando o potiguar acredita que já terminará o isolamento social?

25,9% em julho

18,9% em junho

16,6% em agosto

10% em setembro

6,5% em novembro

5,8% a partir de 2021

3,5% em outubro

Hábitos que serão mantidos

91,6% - mais cuidados com a higiene

85,2% - comprar de pequenos produtores/comerciantes locais

76,2% - comprar online/delivery

58,8% - usar máscara na rua

54% - ver lives e shows nas redes sociais

Setores em que aumentarão os gastos do potiguar no pós pandemia

32,1% - roupas/calçados

27,7% - bares e restaurantes

25,7% - cosméticos

25,2% - produtos de limpeza

22% - produtos de higiene pessoal

19,7% - eletrodomésticos/ eletroeletrônicos

15,9% - alimentos no supermercado

Onde o potiguar irá consumir após o fim do isolamento social?

De imediato

23,6% - salões de beleza

21,1% - eletrodomésticos e eletroeletrônicos

20,5% - lojas de rua e shoppings centers

18,1% - concessionárias de veículos

17,7% - academia de ginástica

17,7% - imobiliárias

15,3% - bares e restaurantes

Em até 40 dias após o fim do isolamento social

23,6% - salões de beleza

21,1% - eletrodomésticos e eletroeletrônicos

20,5% - lojas de rua e shoppings centers

18,1% - concessionárias de veículos

17,7% - academia de ginástica

17,7% - imobiliárias

15,3% - bares e restaurantes

Entre 41 e 150 dias após o fim do isolamento social

47,2% - cinemas e teatros

44,7% - feiras de negócios e congressos

41,9% - shows

39,8% - bares e restaurantes

36,6% - turismo e viagens

Fonte: Fecomércio RN

Assuntos e Palavras-Chave: FECOMÉRCIO-RN - FECOMÉRCIO RN, FECOMÉRCIO-RN -

ECONOMIA